

**Estudo sobre cultura de segurança em crianças do ensino básico (1º
e 2º ciclo)**

Ana Lúcia Franganito nº 17058

Beja

2020

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA
Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Mestrado em Segurança e Higiene no Trabalho

**Estudo sobre cultura de segurança em crianças do ensino básico (1º
e 2º ciclo)**

**Dissertação de Mestrado apresentada na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do
Instituto Politécnico de Beja**

Elaborado por:

Ana Lúcia Franganito nº 17058

Orientador: Professor Doutor Rui Isidoro

Coorientador: Professora Doutora Carla Santos

Beja

2020

Agradecimentos

Para a realização do presente trabalho houve um profundo e proveitoso percurso de crescimento pessoal e profissional, para o qual contribuíram várias pessoas, às quais quero manifestar o meu sincero agradecimento.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, Professor Doutor Rui Isidoro e coorientadora, Professora Doutora Carla Santos, por todo o saber que tão prontamente partilharam, pelo apoio, disponibilidade e conselhos prestados nas diversas fases de elaboração deste trabalho. Aos encarregados de educação que possibilitaram a recolha de dados que serviu de base ao estudo quantitativo.

À minha família, por tudo o que representam, por todo o apoio e compreensão, permitindo que prossiga na concretização de objetivos pessoais e profissionais que por vezes obrigam a algumas ausências, no que se inclui o presente trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, aos quais sem eles esta caminhada ao longo destes dois anos não teria sido levada de forma tão leve.

A todos os que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização de mais um objetivo de vida.

Muito obrigada

Resumo

Enquadramento: a cultura de segurança é o produto dos valores, crenças, normas, atitudes, práticas sociais e técnicas, partilhados pela organização com o objetivo de minimizar a exposição dos indivíduos a condições consideradas perigosas ou potencialmente causadoras de lesões.

Objetivos: Estudar os temas que são lecionados atualmente nas escolas portuguesas, nomeadamente 1º e 2º ciclos do ensino básico; verificar se estes temas são suficientes para os alunos crescerem com cultura de segurança; perceber o conhecimento que os encarregados de educação têm sobre os seus educandos no que diz respeito à cultura de segurança e prevenção de acidentes.

Métodos: investigação quantitativa e de análise descritiva que teve por base a análise em SPSS (estudar os temas que são lecionados atualmente nas escolas portuguesas, nomeadamente 1º e 2º ciclos do ensino básico; realizado com recurso à aplicação de um inquérito por questionário, com 41 participantes).

Resultados: No total dos 41 inquiridos, pelas respostas às questões colocadas no inquérito, foi demonstrado que os encarregados de educação têm a convicção de que os seus educandos têm algumas perceções sobre como atuar com algumas regras de segurança por iniciativa própria, os mesmos demonstram terem assimilado alguns conteúdos lecionados nas escolas, tal como é demonstrado nos gráficos e tabelas na discussão de resultados.

Conclusões: A escola é o ambiente ideal para a criação de uma “cultura de segurança” e precisa ser vista como um espaço público que deve ser mais aproveitado. A construção de uma “Escola Segura” é uma tarefa complexa. Uma escola onde a preocupação em se prevenir acidentes e violência seja uma constante, que estimule hábitos de vida saudável, que garanta boa educação, que estimule todos os alunos sem preconceito, que perceba as suas dificuldades e os prepare para a vida é, sem dúvida, um ideal que devemos perseguir.

Palavras-chave: Acidentes infantis, cultura de segurança, ensino básico.

Índice Geral

1. Introdução	1
1.1. Justificação do tema	3
1.2. Objetivos	5
2. Enquadramento Teórico	
2.1. A cultura de segurança	6
2.1.1. Evolução do conceito de cultura de segurança	7
2.1.2. O que é a cultura de segurança	9
2.1.3. Desafios para desenvolvimento de cultura de segurança	11
2.1.4. Benefícios de uma cultura de segurança	12
2.2. A criança e o seu desenvolvimento	13
2.3. Acidentes	15
2.3.1. Acidentes na Europa	17
2.3.2. Acidentes em Portugal	17
2.3.3. Acidentes infantis	18
2.3.4. Acidentes domésticos e de lazer	20
2.4. Aprendizagem	22
2.5. Breve evolução histórica do Ensino	24
2.5.1. A Educação dos 6 aos 9 Anos (1.º ciclo do Ensino Básico)	25
2.5.2. A educação dos 10 aos 12 Anos (2.º ciclo do Ensino Básico)	26
2.5.3. Ensino Básico em Portugal atualmente	29
2.5.4. Instrumentos de ação	30
2.6. Currículo Nacional do Ensino Básico Português - Higiene e Segurança	31
3. Estudo Empírico	
3.1. Procedimento Metodológico	32
3.2. Objetivo do estudo	32
3.3. Procedimentos	33
3.4. Questão de partida e hipóteses	33
3.5. População alvo e amostra	33
3.6. Instrumentos de recolha de dados	34

3.6.1. Variáveis	34
4. Apresentação de Resultados	
4.1. Caracterização sociodemográfica e socioprofissional da amostra	36
4.2. Análise da Cultura de Segurança dos Alunos	39
5. Discussão de Resultados	47
6. Conclusão	49
7. Bibliografia	51

Anexos

Anexo I - Tabela resumo com as várias definições do termo cultura de segurança e seus autores

Anexo II - Dados estatísticos dos acidentes trabalho mortais em Portugal por ano e por categoria profissional

Anexo III – Tabelas com as Principais Causas de Morte no Mundo e na Europa

Anexo IV – Metas Curriculares do 1º e 2º Ciclo

Anexo V – Questionário Aplicado aos Encarregados de Educação

Anexo VI – Gráficos Retirados dos Dados Obtidos do Questionário

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo recíproco de cultura de segurança

Figura 2 - Principais causas de morte entre crianças, mundo, 2004

Figura 3 - Gráfico da distribuição percentual dos acidentes por queda pelo local de ocorrência (ADÉLIA)

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição dos acidentes domésticos e de lazer por faixa etária (ADÉLIA)

Tabela 2 - Distribuição dos anos escolares pelo 1º e 2º ciclo

Tabela 3 - Idade dos alunos envolvidos no estudo

Tabela 4 – Medidas resumo das idades dos educandos

Tabela 5 - Temas abordados no ensino básico mais importantes na opinião dos encarregados de educação

Tabela 6 – Temas, segundo os encarregados de educação, que deveriam ser abordados nos currículos escolares

Tabela 7 - Resumo das definições e aspetos de cultura de segurança

Tabela 8 - Dados estatísticos dos acidentes de trabalho mortais

Tabela 9 - Distribuição dos acidentes de trabalho mortais em Portugal

Tabela 10 - Principais causas de morte no Mundo

Tabela 11 - Principais causas de morte na Europa

Tabela 12 – Temas abordados no ensino básico mais importantes na opinião dos encarregados de educação, distribuídos por ano escolar dos seus educandos

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos educandos em função do gênero

Gráfico 2 - Distribuição do ano escolar que os educandos frequentam

Gráfico 3 - Distribuição da profissão dos pais/encarregados de educação dos educandos

Gráfico 4 - Cinto de segurança nos veículos

Gráfico 5 - Consciência que os educandos do ensino básico possuem ao atravessar a estrada

Gráfico 6 - Utilização do capacete de segurança pelos educandos ao andar de bicicleta

Gráfico 7 - Iniciativa dos educandos do ensino básico para utilizar o capacete de segurança ao andar de bicicleta

Gráfico 8 – Brincar com produtos químicos ou comprimidos

Gráfico 9 - Iniciativa dos educandos colocarem/pedirem para colocar protetor solar na praia/piscina

Gráfico 10 - Conhecimento dos educandos sobre o número de emergência

Gráfico 11 - Autoavaliação dos encarregados de educação sobre a sua cultura de segurança no seu local de trabalho

Gráfico 12 – Alteração do comportamento dos encarregados de educação relativamente à segurança no seu local de trabalho

Gráfico 13 - Temas sobre segurança mais abordados pelos educandos aos pais/encarregados de educação

Gráfico 14 - Opinião dos encarregados de educação sobre os temas abordados na escola

Gráfico 15 - Idade dos educandos que têm ou não iniciativa para colocar cinto de segurança nos veículos

Gráfico 16 – Uso de capacete de segurança ao andar de bicicleta de acordo com a idade dos educandos

Gráfico 17 - Brincar com produtos químicos ou comprimidos

Gráfico 18 - Colocar protetor solar na praia/piscina de acordo com a idade do educando

Gráfico 19 – Ter conhecimento do número de emergência de acordo com a idade do educando.

Gráfico 20 – Temas sobre segurança mais abordados pelos educandos aos pais/encarregados de educação de acordo com o ano escolar

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho

ADELIA – Acidente Doméstico E de Lazer - Informação Adequada

ADL – Acidentes Domésticos e de Lazer

CID – Classificação Internacional de Doenças

DALY – Disability-adjusted life year

EPI – Equipamento de Proteção Individual

GST – Gestão de Segurança do Trabalho

IAEA – International Atomic Energy Agency

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

SGST – Sistema de Gestão de Segurança do Trabalho

SST – Segurança e Saúde no Trabalho

UE – União Europeia

1. Introdução

Há cada vez mais a preocupação com o bem-estar humano. A temática da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho é importante no dia-a-dia, pois ocupamos direta ou indiretamente pelo menos um terço das nossas vidas com a atividade profissional.

Apesar dos avanços significativos em matéria de prevenção de acidentes, é raro o dia em que não passa a notícia de um acidente de trabalho na televisão, alguns deles até mortais, continuando-se a registar-se um número elevado de ocorrências em Portugal. Naturalmente, existem setores de atividade mais expostos ao risco de acidente, mas a verdade é que um acidente de trabalho pode acontecer a qualquer um, em qualquer profissão.

Verifica-se, e tem sido amplamente debatida pelos especialistas que se dedicam a estudar o fenómeno: não há consenso quanto à utilização do termo “acidente” nos trabalhos científicos. Este termo, originalmente, vem do latim *accidente*, que, de acordo com Ferreira (2004, p. 32), pode ter, entre outros significados, o de “acontecimento casual, fortuito, imprevisto”; “acontecimento infeliz, casual ou não, e de que resulta ferimento, dano, estrago, prejuízo, avaria, ruína etc.; desastre” ou ainda “o que resulta de contingência ou de acaso”.

Apesar de em Portugal se respeitarem as leis, regras e normas de segurança obrigatórias, os acidentes continuam a suceder com bastante frequência. Sabe-se que atualmente ainda há quem não obedeça às regras de segurança nem utilize os equipamentos de segurança necessários, não cumprindo assim os comportamentos de autoproteção.

Por outro lado, muitas análises de acidentes cometem os mesmos erros em relação à identificação das suas causas. Elas identificam o que partiu ou funcionou mal, então localizam os indivíduos mais próximos da falha técnica, ou seja, não uso de EPI's, más práticas, comportamentos de risco, etc. Quando as causas são limitadas às falhas técnicas ou individuais, as respostas que objetivam prevenir acidentes similares no futuro são também limitadas: elas restringem-se a consertar o problema técnico e substituir as pessoas responsáveis. Estas correções são potencialmente desastrosas, porque fazem acreditar que o problema de base (causa-raiz) foi resolvido (Rundmo, 2003).

Nos últimos anos, tem existido uma tendência em dar mais relevância aos fatores organizacionais, fatores tais como a cultura de segurança, como causas de acidentes de trabalho, Harrison e Legendre (2005) consideram a cultura de segurança um fator de risco latente, que está presente, mas não é visível e nem percebido o seu impacto imediato na segurança, fica oculta e é tão prejudicial quanto os fatores patogénicos (químicos, físicos e biológicos). Para Vuuren (2000) é considerável o impacto da cultura de segurança nas causas de acidente e na gestão do risco.

Segundo a International Atomic Energy Agency - IAEA (2006), pesquisas sobre acidentes indicam que problemas com a cultura impactam a segurança nas organizações tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, por isto, atualmente, o foco da maioria da indústria nuclear, por exemplo, é no esforço para melhorar a cultura de segurança.

Embora a ocorrência de acidentes seja algo presente na história da Humanidade, a primeira vez que a problemática foi abordada como uma questão de Saúde Pública aconteceu em 1955, na 8ª Assembleia Mundial de Saúde em Genebra (Del Ciampo, 1994). O interesse pelos fatores e condições que poderiam desencadeá-los, bem como com as possibilidades de prevenção, é algo novo, que vem acontecendo nas últimas décadas.

Para Del Ciampo (1994, p. 60), atualmente, a *“importância dos acidentes como agravamento à saúde infantil é um assunto de conhecimento bastante amplo e difundido em diversas partes do mundo”*. Porém, como destaca o autor, é um tema que necessita de estudos.

As questões culturais existentes também podem transformar-se em entraves ou obstáculos significativos para as mudanças. Uma cultura de segurança estabelecida é crucial para o florescimento, o sucesso e o bom desempenho do SGST (Choudhry; Fang; Mohamed, 2007; Ek et al., 2007; Hudson, 2003), pois é num contexto onde existe cultura de segurança que as atitudes e o comportamento dos indivíduos relativo à segurança se desenvolvem e persistem (Mearns; Whitaker; Flin, 2003). É por esta razão que o conceito de cultura de segurança tem recebido larga atenção, pois os sistemas de gestão funcionarão melhor em organizações que tenham desenvolvido a maturidade da cultura de segurança (Hopkins, 2005).

A preocupação em relação aos acidentes na infância está interligada com o conceito de promoção da saúde, prevenindo os acidentes com crianças, proporcionando também saúde e bem-estar.

De acordo com a Organização mundial de saúde iniciativas promovidas pelas escolas que visam a promoção de saúde e qualidade de vida, tanto no espaço escolar quanto na comunidade em que a

escola está inserida, exemplo “Escolas Seguras”, tem como base o movimento de promoção da saúde iniciado em OTTAWA, em 1986, na primeira conferência internacional sobre promoção da saúde. Na carta de Ottawa, a promoção de saúde é definida como:

... processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controlo deste processo (...) a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor da saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global (Opas, 1986, p. 1).

De acordo com Liberal et al. (2005, p. 158), “*essas escolas devem proporcionar educação em saúde de forma abrangente, no sentido de prevenir lesões não intencionais*”. Muito embora seja perceptível a vastidão destas iniciativas nos últimos anos e o esforço, vindo de várias frentes, no sentido de fazer com que as propostas das escolas promotoras de saúde sejam adotadas e assumidas pelos governos e pela sociedade, é preciso ainda avançar muito. Isso é comprovado por estudos que apontam um dado relevante: a maioria dos acidentes com crianças ocorre em casa, mas o número de ocorrências dentro das escolas é bastante significativo.

É necessário dar a devida importância ao estudo da segurança nas escolas de forma a que as crianças, alunos, e futuros trabalhadores as tenham interiorizadas e cresçam com uma cultura de segurança.

O problema de saúde mais recorrente nas crianças e jovens em Portugal são os acidentes e as suas consequências, ou os traumatismos, ferimentos e lesões não intencionais. Estes constituem uma importante causa de morte nas crianças e jovens que vivem no país, sendo mesmo a maior causa de morte a partir dos 5 anos.

1.1. Justificação do tema

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre cultura de segurança, de forma a encontrar a sua definição. Foram também obtidos dados estatísticos sobre os acidentes de trabalho e acidentes infantis no mundo, tal como na Europa e em Portugal. Procurou-se identificar quais os

tipos de acidentes que ocorrem com mais frequência com crianças e adolescentes, e como evoluiu o ensino básico em Portugal ao longo das décadas.

De forma a conhecer os currículos escolares do ensino básico para posterior comparação, foi realizado também um estudo no site da Direção Geral da Educação, ficando a saber o que é lecionado desde o 1º ano ao 6º ano de escolaridade.

Por fim foram aplicados inquéritos aos encarregados de educação de educandos do 1º e 2º ciclo do ensino básico de forma a verificar e a estudar se os conteúdos programáticos que são lecionados atualmente nas escolas são suficientes para que os alunos cresçam com cultura de segurança.

Os acidentes, por vezes, são definidos através das suas consequências, em vez de serem procurados os seus antecedentes (Furnham, 1992); todavia, tentar encontrar as causas dos acidentes é um aspeto fundamental, sabendo que estes podem ter origens muito distintas.

A deficiente utilização de EPI, (Equipamentos de Proteção Individual) a ignorância ou a falta de responsabilidade, atos inseguros que se associam ao não cumprimento de regras e normas de segurança, insensibilidade ao risco, baixo nível de escolaridade ou falta de cultura de segurança são dos principais motivos que levam a acidentes.

Sabe-se que, apesar dos esforços despendidos no âmbito da formação e sensibilização para a segurança no trabalho, estes não surtem os efeitos pretendidos. Prova disto são os dados atualizados da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). Segundo esta, o número de acidentes de trabalho mortais aumentou em 2018 relativamente a 2017, sendo a grande parte deles ocorridos nas Indústrias Transformadoras e na Construção.

A relevância que se atribui à educação das crianças e a consciencialização da responsabilidade que, nesta matéria, a sociedade detém, tem vindo a desenvolver-se num crescendo interesse, evidenciando uma clara valorização do estatuto da criança e da importância da sua educação. São já muitas as autoridades internacionais que aconselham e incitam que o desenvolvimento da cultura de segurança comece logo nos primeiros anos de idade nos “bancos da escola”.

Sendo as crianças futuramente o resultado daquilo que é investido nelas, talvez, se desde cedo existir um forte investimento em cultura de segurança, elas se tornem adultos mais conscientes e predispostos para esta temática. Quiçá um dos motivos para atualmente as pessoas não estarem tão propensos para a segurança seja o facto de em crianças não lhes ter sido facultada a oportunidade de estar tanto em contato com este tema.

Outro motivo que levou a realizar este estudo foi o facto de, sendo a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, muitos alunos aos 18 anos abandonam a escola, sem completar o ensino básico ou secundário, muitos deles para entrar no mercado de trabalho.

A taxa de abandono escolar em Portugal tem vindo a diminuir - em 2017 esta taxa era de 12,6% - no entanto continua a ser o quinto país da Europa com o valor mais elevado neste indicador.

O abandono precoce da escola por parte dos jovens acontece frequentemente, sendo estes normalmente absorvidos pelo mercado de trabalho de baixa qualificação onde pontifica a construção civil e que, como foi dito anteriormente, apresenta os mais elevados índices de sinistralidade laboral, nomeadamente mortal e grave.

Por este motivo os alunos deverão sair da escola com um vasto conhecimento sobre o tema segurança, para ingressarem conscientes no mercado de trabalho.

1.2. Objetivos

Assim, a formulação desta proposta de estudo surgiu da curiosidade em:

- Estudar os temas que são lecionados atualmente nas escolas portuguesas, nomeadamente 1º e 2º ciclos do ensino básico;
- Verificar se estes temas são suficientes para os alunos crescerem com cultura de segurança;
- Perceber o conhecimento que os encarregados de educação têm sobre os seus educandos no que diz respeito à cultura de segurança e prevenção de acidentes.

Considerando os objetivos desta pesquisa optou-se por realizar uma abordagem por inquéritos aos pais/encarregados de educação dos educandos do 1º e 2º ciclo do ensino básico.

Os dados foram tratados estatisticamente em SPSS e permitiram obter alguns resultados interessantes sobre a temática da “cultura de segurança”, encontrando-se o processo de interpretação destes presente no final da pesquisa.

A relevância que se atribui à educação das crianças e a consciencialização da responsabilidade que, nesta matéria, a sociedade detém, tem vindo a desenvolver-se num crescendo interesse, evidenciando uma clara valorização do estatuto da criança e da importância da sua educação. São já muitas as autoridades internacionais que aconselham e incitam que o desenvolvimento da cultura de segurança comece logo nos primeiros anos de idade nos “bancos da escola”.

2. Enquadramento Teórico

2.1. A cultura de segurança

O termo cultura de segurança, surgiu pela primeira vez como resultado da análise do acidente nuclear de Chernobyl, em 1986, cuja causa foi atribuída à escassa cultura de segurança da organização.

Na maioria das abordagens, a cultura de segurança deriva do conceito de cultura organizacional à segurança, sendo mencionado, por vezes, que a cultura organizacional influencia a cultura de segurança (Silva, 2008).

Para muitos autores, a cultura de segurança é o produto dos valores, crenças, normas, atitudes, práticas sociais e técnicas, partilhados pela organização com o objetivo de minimizar a exposição de trabalhadores a condições consideradas perigosas ou potencialmente causadoras de lesões.

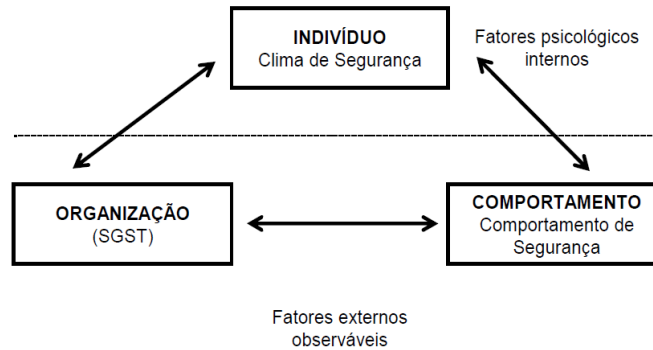


Figura 1 - Modelo recíproco de cultura de segurança.

(Fonte: Adapt. Cooper, 2000)

Seja qual for a sua definição específica, todas vão ao encontro de que a cultura de segurança é determinada pelas interações entre os fatores sociais e físicos do ambiente de trabalho, bem como pelas percepções e atitudes individuais, e contribui, de forma determinante, para a melhoria da segurança nas organizações e prevenção de acidentes.

A cultura de segurança constitui um eixo fundamental na promoção da saúde dos trabalhadores, na prevenção dos riscos profissionais e, conseqüentemente no combate à sinistralidade laboral.

Baseado nesta premissa, podemos afirmar que a cultura de segurança influencia positivamente a adoção de comportamentos seguros, de forma a prevenir os acidentes de trabalho.

Por estas razões é necessário o estudo, evolução, e adquirir uma cultura de segurança.

2.1.1. Evolução do conceito de cultura de segurança

O conceito de cultura de segurança surge em 1988, no primeiro relatório técnico realizado pelo International Nuclear Safety Advisory Group - INSAG, com uma abordagem de fatores organizacionais na análise do acidente, onde se apresenta o resultado da análise das origens do acidente da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, (Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA, 1991).

Depois disto, têm sido realizados um vasto número de estudos sobre a cultura de segurança (Guldenmund, 2000), onde são enfatizados o papel dos valores, normas, atitudes e percepções sobre segurança que se encontram em utilização nas organizações, sobre os indicadores de segurança organizacional, sinistralidade e comportamentos de segurança e risco dos trabalhadores dentro da organização.

Nos anos de 1990, o tema cultura de segurança foi alvo de um grande desenvolvimento teórico e empírico. Neste período, houve uma proliferação de estudos sobre cultura de segurança, com o objetivo de conceituá-la e desenvolver instrumentos de avaliação (Lee, 1998; Ostrom; Wilhellmsen; Kaplan, 1993).

Turner e outros (1989 apud Pidgeon, 1991), após o relatório sobre o acidente de Chernobyl, apresentaram uma primeira definição de cultura de segurança a salientar aspetos verdadeiramente culturais. Para estes autores, a cultura de segurança, à semelhança da cultura organizacional, corresponde a um sistema de significados partilhados por um determinado grupo sobre segurança e que pode ser definido como:

"o conjunto específico de normas, crenças, funções, atitudes e práticas dentro de uma organização, com o objetivo de minimizar a exposição dos empregados, clientes, fornecedores e do público em geral das condições consideradas perigosas ou que causem doenças." (Turner et al., 1989 apud Pidgeon, 1991, p. 7).

Embora esta definição seja uma das mais referidas e utilizadas, outros conceitos foram propostos por outros autores e instituições que atuam na área da segurança. No entanto não houve consenso sobre o tema entre os autores.

Embora não exista consenso em relação ao conceito de cultura de segurança, há similaridade e convergência entre eles (anexo I). Muitos aspetos presentes nos diferentes conceitos de cultura de segurança apresentados são comuns e podem ser agrupados da seguinte forma:

1. Aspetos relacionados ao indivíduo: são os valores, crenças, atitudes e percepção dos indivíduos com relação à estrutura da organização para segurança. Estes aspetos da cultura de segurança refletem o que a organização é (Reason, 1998).

2. Aspectos relacionados ao trabalho: é o comportamento e ações (práticas coletivas) dos grupos com relação à segurança e aos riscos presentes no ambiente de trabalho (Cooper, 1998, 2000).
3. Aspectos relacionados à organização: é estrutura da organização para dar suporte ao indivíduo e a segurança. Estes aspectos da cultura de segurança refletem o que a organização tem (Reason, 1998).

O fato da cultura de segurança passar a interessar aos estudiosos e autores somente após o relatório do acidente de Chernobyl, não significa que ela não existia anteriormente, apenas não tinha sido ainda despertado o interesse em estudá-la.

2.1.2. O que é a cultura de segurança

A cultura de segurança consiste num conjunto de costumes compartilhados por uma comunidade, projetados para diminuir os riscos, e em que os profissionais têm consciência ativa e constante das situações que podem originar falhas. É uma cultura aberta e justa que estimula os profissionais a falar sobre os seus próprios erros. Ter uma cultura de segurança ativa vai evitar a elaboração de medidas de segurança do zero, e poderá ajudar a contornar a paranoia e o pânico em situações de stresse.

Adotando uma cultura de segurança o indivíduo adquire o comportamento mais seguro possível tornando-se este habitual. Irá assim gastar menos tempo e energia enfatizando a necessidade desse comportamento ou sofrendo as consequências de não o ter. Estas ações tornam-se inconscientes, instintivas e, portanto, sem esforço.

De acordo com José Guilherme Tavares, responsável de segurança e saúde no trabalho, com vista ao desenvolvimento de uma cultura de segurança eficaz e que atue na prevenção de riscos, podem considerar-se genericamente os seguintes pontos:

- Envolvimento da Gestão de Topo – O envolvimento/compromisso da gestão, desdobrado nos diversos níveis hierárquicos, é crucial para a obtenção de resultados sustentáveis na

prevenção de acidentes e implementação de uma Cultura de Segurança. A Gestão, deverá manifestar ativamente o seu compromisso não apenas com a disponibilização dos meios e recursos materiais necessários, como também com a sua presença em ações que envolvam os colaboradores, nomeadamente em reuniões de trabalho sobre o tema, ações de formação, treinos, visita aos locais de trabalho e incentivando a participação de todos. A Gestão de Topo da Organização deve desenvolver uma liderança manifestada pelo exemplo e pela presença.

- Analisar, Investigar e Documentar – Esta etapa sendo fundamental, anda também a par com a anterior, pois sem uma profunda análise da Organização sobre a ótica da Saúde e Segurança no Trabalho, dificilmente se conseguirá estruturar plenamente as ações seguintes. Recorrendo à realização da Análise dos Riscos previsíveis nos locais de trabalho, investigação das causas de acidentes e incidentes ocorridos, índices de sinistralidade da Organização (entre outras ferramentas), a Organização poderá detalhar e determinar o que pode melhorar em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho. Esta etapa deve levar ao conhecimento do estado atual da Organização e simultaneamente permitir estabelecer/calendarizar atividades e responsáveis pela implementação de ações com vista a atingir os objetivos determinados como necessários.
- Envolvimento, Participação e Comunicação – Apenas com colaboradores envolvidos na consecução de um objetivo comum e que tenham assumido o seu papel e responsabilidade para a implementação de uma Cultura de Segurança, o objetivo poderá ser atingido. Se é crítico que os funcionários se envolvam diariamente no sistema de prevenção de acidentes e no desenvolvimento da Cultura de Segurança da Organização, participando e contribuindo com as suas boas práticas, dando a sua opinião e sugestões, também não será menos importante que a comunicação esteja permanentemente facilitada entre todos os níveis da Organização. A adoção de sistemas formais e informais de sugestões/participação, pode contribuir para uma comunicação mais dinâmica e fluída entre todos.
- Formação e treino – A Formação assume diversas funções em todo este processo. Se por um lado o papel da formação se centra na preparação e consciencialização dos colaboradores para os riscos e perigos a que se encontram expostos nas suas

operações/atividades, não será também negável o contributo da formação para demonstrar o compromisso da empresa para com a Segurança. Na realidade, Trabalhadores formados e treinados integram-se com maior facilidade na Cultura de Segurança da Organização e desenvolvem muitas vezes o autocontrolo, assumindo cada um o papel de “fiscal de si próprio”, com o objetivo de garantir a sua segurança e da respetiva equipa.

- Análise e tratamento de ocorrências – Todas as ocorrências devem ser registadas, analisadas e investigadas. A participação dos Trabalhadores na investigação de acidentes ou em equipas de auditoria interna constitui também uma ferramenta fundamental não só para o seu envolvimento, como também para a identificação das soluções mais adequadas, uma vez que são os colaboradores quem melhor conhece de perto cada realidade.
- Monitorização – A monitorização regular dos objetivos estabelecidos e a adoção de medidas retificativas sempre que oportuno, asseguram a consistência da Cultura de Segurança da Organização e o direcionamento pretendido. A partilha de informação sobre o estado da Organização face aos objetivos traçados e a forma de os atingir deve ser regularmente comunicada.
- Elogiar e comunicar comportamentos exemplares – Valorizar comportamentos exemplares de colaboradores e com resultados positivos para a SST constitui uma importante fonte de motivação e envolvimento de todos, a qual deve ser estimulada permanentemente pela Organização.

2.1.3. Desafios para desenvolvimento de cultura de segurança

Os desafios para o desenvolvimento da cultura de segurança são imensos, mas não intransponíveis, e englobam a necessidade de estabelecimento de estratégias efetivas em três âmbitos: formação, assistência a todos os níveis e pesquisa. No ensino o tema da segurança deve perpassar todo o currículo e focar especificidades de riscos e medidas preventivas de dano nos variados cenários do dia-a-dia. Deve ser desenvolvido por meio de ações de ensino-aprendizagem em que o aluno e o educador experienciem práticas significativas, que repercutam uma atuação segura ao longo da formação e que se sustentem também na atuação profissional. Para isso, os educadores precisam

manter estratégias de educação permanente/continuada e os projetos pedagógicos precisam de alinhamentos claros, para que este aspecto não seja minimizado dentre outros tão importantes no ensino.

Concluindo, cultura de segurança é a cultura na qual todos os trabalhadores, incluindo profissionais envolvidos e gestores, assumem responsabilidade pela sua própria segurança, pela segurança de seus colegas, pacientes e familiares, priorizando a segurança acima de metas financeiras e operacionais. Cultura de segurança é feita encorajando e recompensando a identificação, a notificação e a resolução dos problemas relacionados à segurança e que, a partir da ocorrência de incidentes, promove a aprendizagem organizacional, proporcionando recursos, estrutura e responsabilização para a manutenção efetiva da segurança.

2.1.4. Benefícios de uma cultura de segurança

A implementação de uma verdadeira Cultura de Segurança impulsiona a organização para um novo patamar, sendo várias as vantagens que dela decorrem direta ou indiretamente.

Genericamente podem-se apontar as seguintes consequências da adoção de uma Cultura de Segurança:

- Redução da taxa de absentismo por acidentes de trabalho e doenças profissionais, assim como dos respectivos custos de contratação e formação de novos colaboradores
- Melhoria dos níveis de produtividade da organização, decorrente da maior confiança dos trabalhadores na execução das tarefas. Métodos de trabalho mais eficazes e seguros permitem igualmente que o trabalho seja executado mais rapidamente;
- Diminuição do tempo de paragem provocado por acidentes de trabalho com a consequente redução dos custos da empresa com quebras de produção;
- Redução no prémio dos seguros pago pela organização. Empresas com bom desempenho em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho realizam poupanças consideráveis, verificando-se o oposto para as empresas que apresentam maior sinistralidade, as quais são penalizadas com prémios de seguro mais elevados;
- Maior retenção de colaboradores, mão-de-obra mais competente e mais saudável;

Além destes fatores, só por si catalisadores de uma mudança organizacional que privilegie a Cultura de Segurança, há ainda a ter em conta que a Segurança e a Saúde no Trabalho contribui também para demonstrar interna e externamente que a organização é socialmente responsável. Protegendo e reforçando a sua imagem, o valor da própria marca no mercado e indo ao encontro das expectativas dos clientes, cada vez mais sensíveis para esta matéria.

2.2. A criança e o seu desenvolvimento

Compreender o que é que pode causar ou afetar o desenvolvimento é uma questão com indubitável interesse teórico, mas sobretudo com inegáveis implicações práticas.

“Todas as teorias existentes valorizam o contexto em que a criança se desenvolve embora difiram na importância atribuída à sua centralidade e aos aspetos chave no desenvolvimento, seja o contexto enquanto outras pessoas e comportamentos, enquanto oportunidades disponíveis para explorar e construir conhecimento, enquanto cultura e interação social.

Por outro lado, as investigações das neurociências salientaram o papel central das primeiras experiências de vida enquanto fonte de suporte/adaptação ou de risco/disfunção; as poderosas capacidades, emoções complexas e competências sociais essenciais que se desenvolvem nos primeiros anos de vida; a possibilidade de promover as condições de desenvolvimento, através de intervenções adequadas” (Shonkoff & Phillips, 2000).

É durante os três primeiros anos de vida que a maior parte das sinapses é produzida. O número de sinapses aumenta com extraordinária rapidez durante este período mantendo-se essa densidade neuronal até cerca dos 10 anos de idade. A partir da primeira década de vida o desenvolvimento cerebral ocorre em dois sentidos: as sinapses várias vezes ativadas em virtude das experiências repetidas na infância tenderão a tornar-se permanentes; as sinapses não suficientemente utilizadas tenderão a ser eliminadas. O corte de sinapses que não são estimuladas permite ao cérebro manter as conexões neuronais que asseguram determinadas respostas aumentando a eficiência com que o cérebro faz o que necessita fazer. Contudo, o corte excessivo das conexões neuronais pode ocorrer quando a criança é privada de interações sensíveis e adequadamente estimulantes nos primeiros anos.

Por isso, as experiências mais precoces da criança são cruciais ao desenvolvimento cerebral. A neurociência tem demonstrado que a interação com o ambiente não é apenas um acidente de percurso no desenvolvimento cerebral, mas é um requisito fundamental. As experiências vividas pelas crianças nos primeiros tempos de vida têm um impacto decisivo na arquitetura cerebral e, por conseguinte, na natureza e extensão das suas capacidades adultas (Alarcão, Isabel 2008).

O trabalho educacional é extremamente importante e ajuda a definir o futuro desenvolvimento da criança. Na escola, ela ganha habilidades, conhecimento, sensibilidade, valores, capacidade de percepção e de relacionamento.

O desenvolvimento afetivo, social e físico das crianças de pouca idade tem um impacto direto no seu desenvolvimento e na pessoa adulta em que elas se tornarão. Por isso a importância de entender bem a necessidade de investir nas crianças bem pequenas para maximizar o seu futuro bem-estar.

Toda a criança ou adulto é capaz de aprender algo novo e o processo sempre vai exigir repetição, tentativa e erro. A diferença é que, em criança, não é necessário repetir tantas vezes – o cérebro compreende mais rápido como deve reagir a cada estímulo e logo cria uma reação padrão.

Assim as crianças vão aprender tanto com estímulos positivos quanto negativos. Passar por situações de carinho e acolhimento ou por momentos de stress vão ambos influenciar a vida adulta. Ir a uma creche ou pré-escola de qualidade vai beneficiá-la, enquanto uma de baixa qualidade pode trazer prejuízos ao desenvolvimento futuro.

Tudo isso comprova que investir em programas educativos de qualidade, em formação de professores, em creches e escolas com a estrutura adequada não é, na verdade, um gasto extra para o governo – é uma economia. Pesquisas americanas já provaram que, a cada dólar investido em crianças, o país economiza 7 dólares em assistência social, atendimento a doenças mentais, manutenção de prisões, repetição e desistência escolar. Esse mesmo um dólar investido em crianças economiza 15 dólares por pessoa no tratamento de doenças crônicas (como a depressão ou o vício) (Lorenzoni, Marcela 2015).

2.3. Acidentes

Segundo a OMS (2006), Os “Acidentes”, e tendo em conta a Classificação Internacional de Doenças (CID) - 10ª Edição é a designação de lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas. Segundo as causas, os acidentes subdividem-se ainda em “Acidentes”, que correspondem aos de viação, afogamentos, quedas, sufocação, intoxicação, queimaduras, entre outros, sendo também vulgarmente conhecidos por “Acidentes Não Intencionais”. “Lesões auto provocadas intencionalmente”; “Agressões” e “Eventos cuja intenção é indeterminada e outros”, pertencem ao grupo de acidentes também designados por “Acidentes Intencionais”.

Uma lesão é definida como “o dano físico que resulta quando um corpo humano é subitamente sujeito a energia em quantidades que excedem o limiar de tolerância fisiológica – ou então em resultado da falta de um ou mais elementos vitais, tal como o oxigénio. A energia em questão poderá ser mecânica, térmica, química ou radiação (Relatório Mundial sobre Prevenção de Lesões Infantis – OMS 2008. As lesões poderão ser causadas por acidentes intencionais ou acidentes não intencionais. Estas são um problema de saúde. No entanto, por alguma razão inexplicável, na maioria dos países não são vistas como tal. Os departamentos de saúde, organizações, governo são geralmente desinteressados, ou dão apenas importância à prevenção, mantendo a abordagem tradicional. – OMS 2008.

Os acidentes, intencionais e não intencionais, são a quarta causa de morte mais comum na Europa, constituindo um grave problema de saúde pública, especialmente entre as crianças, adolescentes e adultos jovens, e têm grande impacto em termos de incapacidade, anos de vida saudável perdidos, encargos financeiros com hospitalizações, baixa por doença, redução da produtividade e implicações relevantes na vida, pessoal e familiar das vítimas.

A revisão bibliográfica dos estudos publicados, permite-nos, hoje, pôr em evidência alguns fatores de risco fortemente correlacionados com os acidentes em geral e, com algumas lesões acidentais, em particular. As baixas condições socioeconómicas, frequentemente associadas com o desemprego e a pobreza são fatores de risco comuns a todo o tipo de acidentes, sendo, neste contexto, as crianças, as principais vítimas. O estudo da OMS, European Status Report on Road

Safety, concluiu que, na Região Europeia, 70% das vítimas de acidentes de viação vivem em países pobres e 40% são peões, motociclistas e ciclistas.

Hoje, existem estratégias preventivas que provaram ser eficazes na redução do número e do impacto dos acidentes, tornando-os, por isso, em grande parte evitáveis. O reconhecimento da necessidade de intervir sobre os acidentes está expresso nas Recomendações e Resoluções aprovadas em várias Assembleias Mundiais da Saúde, Assembleias-Gerais das Nações Unidas e no Parlamento Europeu. Em todas as decisões se apela aos países a:

- Priorização nas suas políticas nacionais programas de promoção da saúde;
- Prevenção dos acidentes. No ano de 2007, a reunião do Conselho da União Europeia, aprovou a Recomendação 2007/C, 164/01,7 sobre “prevenção de lesões e promoção da segurança”,
- Recomendação aos estados membros que estabelecessem planos nacionais ou medidas equivalentes, que incluam a sensibilização pública para as questões de segurança e a prevenção dos acidentes.

Para execução destas foi solicitado para ser prestada especial atenção aos aspetos relacionados com os grupos mais vulneráveis (tais como as crianças, os idosos, e os deficientes) incentivando a prevenção de lesões e a promoção da segurança nas escolas e na formação dos profissionais da saúde e de outros sectores, por forma a que estes grupos possam servir como intervenientes e consultores competentes no domínio da prevenção de lesões.

Segundo a OMS, está comprovado que as mudanças relacionadas com o ambiente urbano e rodoviário, a segurança dos produtos, a educação e o desenvolvimento de competências para lidar com o risco, a par da melhoria do acesso e da qualidade dos cuidados médicos são intervenções eficazes. o uso adequado de cinto de segurança, reduz o risco de morte em 61% nos acidentes por colisão; e o uso de capacete por motociclista reduz em mais de 45% as consequências fatais e graves dos acidentes.

Em Portugal, na última década, os esforços desenvolvidos por diversas instituições, governamentais e organizações não governamentais conduziram a uma clara melhoria nos

números da sinistralidade grave, especialmente por acidentes de viação. Paralelamente, medidas legislativas, aumento da segurança de produtos, normalização dos equipamentos, entre outras, contribuíram, também, para a diminuição dos acidentes não intencionais.

2.3.1. Acidentes na Europa

Na Europa, os acidentes (intencionais e não intencionais) são a quarta causa de morte, depois das doenças cardiovasculares, das neoplasias e das doenças respiratórias, sendo a principal causa de morte na faixa etária do 1 aos 24 anos (Anexo III, figura 11).

Segundo o relatório de 2009, da EuroSafe, *Injuries in the European Union (2005-2007)*, em média, os acidentes (intencionais e não intencionais), foram responsáveis por 255.850 mortes por ano. Os acidentes «não intencionais» contribuíram com 70% das mortes e os «intencionais» com 25%. A taxa de mortalidade por acidentes, ajustada à população, é de 5,1%, apresentando grandes disparidades na Europa. No relatório supracitado, a Bulgária e o Reino Unido apresentavam as taxas de mortalidade mais baixas (3,4%) e (3,5%) e a Lituânia a mais alta (12%). Portugal apresentava uma taxa média de 4,7%, ocupando o 10.º lugar, na UE.

Na Europa, as principais causas de morte, por todo o tipo de acidentes, em todos os grupos etários, foram as lesões auto-provocadas intencionalmente (23%) seguidas dos acidentes de viação (20%), das quedas (17%), das intoxicações (5%), dos afogamentos (3%) e das queimaduras (2%). Segundo o *European Report on Child Injury Prevention*, realizado pela OMS, morreram cerca de 42.000 crianças e jovens, entre os 0-19 anos, de acidentes «não intencionais» na Europa.

2.3.2. Acidentes em Portugal

Em Portugal, em 2006, os acidentes, «intencionais e não intencionais», foram a quinta causa de morte, representando 4,5% do total de óbitos ocorridos (4606), depois das doenças do aparelho circulatório (32%), das neoplasias (22,2%) e das doenças do aparelho respiratório (11,3%). No

conjunto dos óbitos por acidentes, 52% foram de causa «não intencional». Ao todo (acidentes intencionais e não intencionais), as suas consequências contribuíram para 9.556 internamentos hospitalares de crianças e jovens até aos 19 anos, 33.209 de adultos entre os 20-64 anos e de 29.387 de pessoas com mais de 65 anos. A demora média de internamento foi de 9,5 dias, com um valor mínimo de 4 dias entre os 5-9 anos e um máximo de 13,2 dias entre os 85-89 anos.

Um tipo de acidentes não intencionais são, por exemplo, os acidentes de trabalho. Na maior parte das vezes, acontecem por culpa das empresas que não cumprem as normas de segurança e não agem preventivamente. Segundo a Eurostat, em 2015, Portugal está em 4º lugar com maior número de acidentes de trabalho mortais, com a percentagem de 3.4 por cada 100 mil pessoas empregadas, e em 2º lugar no que toca a acidentes não mortais, tendo apenas a França à sua frente.

Conforme dados atualizados a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) o número dos acidentes de trabalho mortais tem vindo a manter-se constante, havendo uma pequena oscilação entre os anos de 2014 e 2017 (anexo 2). Em 2017 houve um total de 209.390 acidentes de trabalho em Portugal (Base de Dados de Portugal Contemporâneo), e no ano de 2018 houve uma subida acentuada. Já em 2019 o número desceu drasticamente (anexo 2). Destes acidentes, a sua grande maioria acontece com operários, artificies e trabalhadores não qualificados (anexo 3).

2.3.3. Acidentes infantis

Como é obvio, quando falamos em crianças e acidentes não intencionais não podemos falar nem transpor os dados estatísticos dos acidentes de trabalho, pelo menos em Portugal e em países desenvolvidos. No entanto, podemos falar de algo que está relacionado e que é um tema bastante atual e com índices estatísticos bastante negativos - os acidentes infantis, ou a falta de segurança infantil.

Segundo a Direção-Geral da Saúde, as crianças representam um grande peso na morbilidade - quase 50% do número total de DALYs perdidos globalmente por quedas ocorrem em crianças com menos de 15 anos de idade. A lesão é uma causa significativa de morte e morbilidade em crianças a partir dos 1 anos de idade, e aumenta para se tornar a principal causa de morte entre crianças de

10 a 19 anos (figura 2). A maioria dessas lesões não intencionais é resultado de acidentes de trânsito, afogamentos, queimaduras, quedas e envenenamentos, com as taxas mais altas ocorrendo em países pobres ou em desenvolvimento.

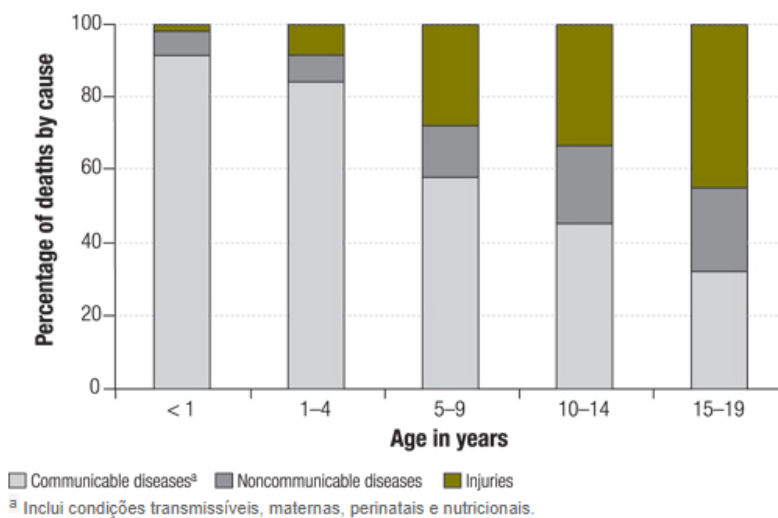


Figura 2 - Principais causas de morte entre crianças, mundo, 2004.

(ADELIA)

As crianças que vivem em países europeus experienciam algumas das taxas mais altas de lesões infantis no mundo. Mais de 42.000 crianças morrem de lesões na Europa a cada ano; ou seja, pelo menos 115 crianças por dia, tornando a lesão a principal causa de morte de crianças de 5 a 19 anos na Europa. É então necessária a atenção urgente para resolver o problema de lesões em crianças e adolescentes em todo o mundo. Embora tenham sido feitos grandes progressos na prevenção, a exposição de crianças e adolescentes aos riscos de lesões parece estar a aumentar e continuará a ocorrer no futuro. De facto, em todo o espectro etário da infância e adolescência, a questão dos ferimentos de crianças e adolescentes geralmente está ausente das discussões e é amplamente invisível nas políticas.

Em Portugal, os traumatismos e as lesões são a principal causa de morte das crianças e adolescentes entre os 0 e os 19 anos de idade, sendo responsáveis por 24% do total de mortes neste grupo etário – principal causa de morte em crianças são os acidentes rodoviários. Se Portugal tivesse a mesma taxa de mortalidade que a Holanda, considerado um dos países mais seguros para as crianças, 129 das mortes que ocorreram em 2009 poderiam ter sido evitadas. Estudos realizados na Europa

demonstram que por cada criança que morre por acidente, 50 são internadas por traumatismos graves e 800 são tratadas nos serviços de urgência. Estes dados revelam que a mortalidade é apenas uma das faces desta problemática, porventura a mais dramática, mas não a única.

A escola é o local, excluindo o lar, onde as crianças e os adolescentes passam a maior parte de seu tempo. A sua localização, o tipo de instalações e o seu modo de funcionamento podem condicionar a salubridade, a segurança e o conforto dos seus utentes (alunos, docentes e restantes funcionários) e atuar favorável ou desfavoravelmente sobre a sua saúde. O ambiente escolar é propício à ocorrência de acidentes, porque é o local onde um grande número de crianças e jovens interage, desenvolvendo as mais diversas atividades, ávidos de explorar o mundo, mas é também um espaço privilegiado e potencializador. Um ambiente escolar seguro é um investimento em saúde, dado que os modelos de segurança adquiridos precocemente são determinantes na forma como lidamos com o risco.

Os acidentes são um evento historicamente negligenciado por serem considerados acontecimentos fortuitos, aleatórios, incontroláveis ou do azar. Esta conceitualização dominada pela ideia de que os acidentes são fenómenos isolados, descontínuos, que surgem de forma imprevisível e por isso insuscetíveis de apreensão racional que vá muito para além de uma análise casuística, pode constituir obstáculo às estratégias de prevenção. Os acidentes não aleatórios ou fortuitos, eles vão muito além de causas fortuitas ou aleatórias.

2.3.4. Acidentes domésticos e de lazer

No âmbito da designação Acidentes Domésticos e de Lazer cabem todos os acidentes registados durante os tempos livres da população (ocorridos em casa, em práticas desportivas, em períodos de lazer ou diversão), acidentes com crianças na escola, na rua, etc (Instituto do Consumidor. Sistema Europeu de Vigilância de Acidentes Domésticos e de Lazer. Portugal. Relatórios Anuais. 1998 e 1999).

Os acidentes domésticos são muito comuns. Mesmo com todo o cuidado, há objetos e situações que podem provocar acidentes, especialmente, para as crianças e as pessoas idosas, para quem todas as divisões da casa, o quintal e o espaço envolvente podem representar um risco.

Acidente Doméstico e de Lazer - Informação Adequada" (ADELIA) é a designação portuguesa para o sistema de monitorização, vigilância e registo dos acidentes domésticos e de lazer, registados numa amostra de 41 unidades de saúde com serviços de urgência, Hospitais e Centros de Saúde.

Segundo o Relatório ADELIA, verifica-se que: a maior parte dos Acidentes Domésticos e de Lazer (ADL) ocorrem na faixa etária dos 0 aos 15 anos de idade (tabela 10).

Tabela 1- Distribuição dos acidentes domésticos e de lazer por faixa etária (ADELIA).

	Hospital								
	2006			2007			2008		
Grupo	M	F	n	M	F	n	M	F	n
0 - 4	56,5	43,5	3614	55,7	44,3	2827	57,1	42,9	2691
5 - 9	59,5	40,5	3312	60,7	39,3	2707	58,8	41,2	2564
10 - 14	58,9	41,1	3713	58,8	41,2	2801	58,3	41,7	2724
15 - 19	62,6	37,4	1317	59,1	40,9	831	61,1	38,9	844
20 - 34	65,7	34,3	2629	63,2	36,8	1486	64,6	35,4	1739
35 - 44	59,5	40,5	1488	57,2	42,8	849	60,0	40,0	1003
45 - 54	47,8	52,2	1315	47,4	52,6	736	50,0	50,0	916
55 - 64	41,3	58,7	1211	38,3	61,7	773	36,9	63,1	856
65 - 74	35,1	64,9	1409	33,0	67,0	891	33,6	66,4	899
≥ 75	29,7	70,3	1666	30,0	70,0	1185	27,3	72,7	1461
Total	21674			15086			15697		

O local de ocorrência mais frequente de ADL é a “casa” (40%), sobretudo com as crianças até aos 4 anos e as pessoas idosas com mais de 75 anos. O segundo local de maior frequência de acidentes é a “escola/instituição” (35%), nomeadamente, no grupo etário dos 5 aos 19 anos (figura 4).

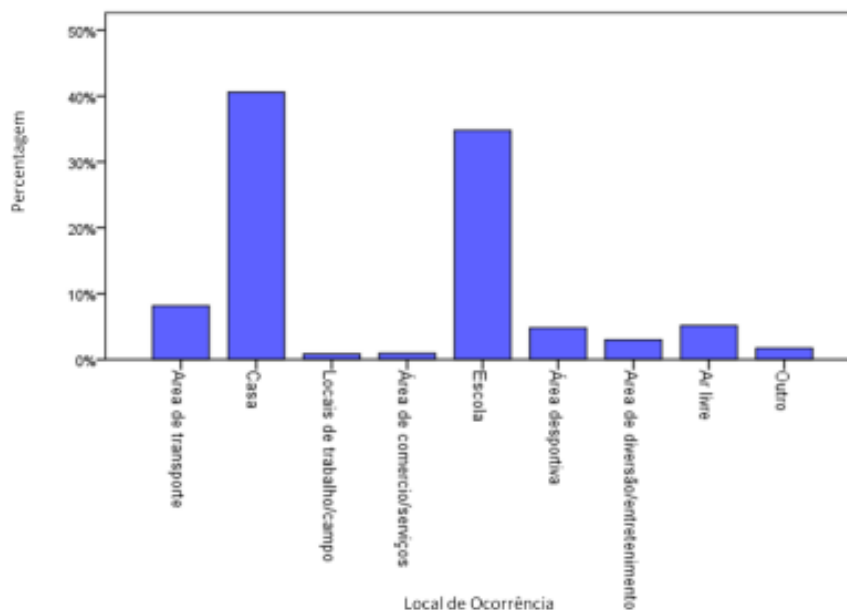


Figura 3 - Gráfico da distribuição percentual dos acidentes por queda pelo local de ocorrência (ADÉLIA).

2.4. Aprendizagem

Segundo a teoria piagetiana, para que o ensino-aprendizagem contribua para o desenvolvimento da inteligência e apropriação do aluno, deve metodologicamente favorecer múltiplas interações entre os alunos e os conteúdos. Segundo esta teoria, o aluno constrói aos poucos o seu conhecimento através da ação. O professor orienta o processo e canaliza as experiências, traduzidas pelos alunos, para que ocorra a apropriação de conhecimento significativo.

O professor, desafiando os alunos a conhecer, cria um espaço onde podem ocorrer situações de desequilíbrio e equilíbrio para que os conteúdos escolares possam ser assimilados e acomodados. Cabe então ao professor propiciar situações desencadeadoras de conflitos cognitivos, pois estas

estão vinculadas ao processo de socialização do sujeito. Dessa forma, o professor pode contribuir para o desenvolvimento da inteligência, propiciando relações sociais cooperando ou, ao contrário, propiciando relações sociais cognitivas.

No processo ensino-aprendizagem, em qualquer contexto em que se esteja inserido, é necessário que se conheça as categorias que integram este processo como elementos fundamentais para um melhor aproveitamento da aprendizagem. A interação social é uma forma privilegiada de acesso a informação, de acesso ao objeto de conhecimento. O sujeito, em todas as suas dimensões, é de formação histórica, isto é, o seu pensamento, a sua consciência surge como emanção direta da concretude das suas interações. As escolas devem oportunizar a este sujeito o conhecimento científico e tecnológico, de forma a democratizar o saber em sua totalidade. O conhecimento é herança da comunidade, direito de todos, e a escola tem o compromisso de resignificar este acervo cultural.

É necessário que haja a compatibilização entre objetivos educacionais, as expectativas da clientela e os recursos existentes, o que pressupõe o conhecimento prévio da escola e da comunidade, tal conhecimento favorece uma definição mais realista das metas propósitos, e conseqüentemente maior segurança no alcance dos resultados esperados. Para atender as necessidades básicas da educação, é preciso que a formação de professores seja repensada, de modo que esteja comprometida em reverter as práticas pedagógicas que ignoram a cultura do aluno. O favorecimento da prática reflexiva no espaço escolar deve ser entendido como estratégia para ser empregue como ações pedagógicas significativas que contribuam para a prática docente, preparando o profissional para superar as dificuldades que envolvem o ensinar e aprender.

É importante valorizar as relações que se desenvolvem no ato educativo, reforçando ao professor que é preciso considerar, no desenvolvimento das suas atividades, tanto das suas ações quanto as ações dos seus alunos. As ações devem ser adotadas para o interesse dos alunos e para a concretização dos objetivos sócio-educacionais da instituição escolar. É necessário que o professor reflita sobre os seus atos pedagógicos. Considerando relevantes as relações intra e interpessoais que ocorrem no espaço escola, transformando-se em um investigador da própria prática.

A importância da criatividade parece ser consensual em diversos domínios e em particular na Educação. Uma ação educativa sustentada numa aprendizagem ativa proporciona às crianças aprendizagens mais significativas, ou seja, uma aprendizagem mais prática e com exemplos é mais

efetiva e clara para as crianças. Assim, ao ser lecionada a temática segurança nas escolas, esta deverá ser com exemplos práticos e não só teórica. Isto vai fazer as crianças assimilarem mais facilmente os conteúdos, vão se sentir mais envolvidas no assunto, e em caso real vão saber como atuar. Desta forma são asseguradas as condições onde as crianças possam desenvolver os aspetos da sua personalidade, nomeadamente nos campos emocional, intelectual, físico e social do futuro.

2.5. Breve evolução histórica do ensino

A educação infantil em Portugal passou por estádios de evolução semelhantes aos de outros países europeus, embora com um significativo atraso no que se refere particularmente à implementação e ao número de escolas e jardins de infância. Tal evolução acompanhou naturalmente a sequência de acontecimentos políticos e económicos que caracterizam a história portuguesa desde o século XIX, altura em que foram criados os primeiros jardins de infância, ou seja, as oscilações económicas, sociais e culturais de cada época têm definido o tipo de ensino. Já na época dos egípcios era facultada aprendizagem, passando pelos gregos, romanos, idade média, até chegar aos nossos dias. A evolução recente do sistema educativo português está indelevelmente marcada pela mudança do regime político em abril de 1974 e pelas consequências que o restabelecimento da democracia e o processo histórico posterior provocaram em todos os sectores da vida social. Até aqui o ensino era instrumentalizado pelas vanguardas partidárias, empenhadas em eliminar (ou esconder) os vestígios do passado antidemocrático e em disputar a primazia na definição de um modelo futuro. Com a aprovação da Constituição, a realização das primeiras eleições legislativas e a nomeação do primeiro governo constitucional, inicia-se um novo ciclo, marcado por uma política deliberada de “normalização” do funcionamento do sistema educativo. Esse período estende-se até 1986, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, ano em que, igualmente, processa-se a integração de Portugal na, então designada, Comunidade Europeia, levando ao conceito de “qualidade” e “igualdade de oportunidades”.

2.5.1. A educação dos 6 aos 9 Anos (1.º ciclo do Ensino Básico)

O atual 1.º ciclo corresponde ao ensino primário ou elementar tradicional, estabelecido desde a Idade Média, sob o controlo da igreja, e transformado numa rede nacional de escolas públicas pelo Marquês de Pombal, em finais do século XVIII, sob a influência do Iluminismo (Nóvoa, 1987). Apesar desta longa tradição, a taxa de escolarização só atingiu os 100% em final da década de 60 do século XX.

No plano da organização curricular e escolar, em cada escola, os alunos estão organizados em turmas por anos de escolaridade, sob a responsabilidade de um único professor (regime de monodocência), podendo este ser coadjuvado em áreas específicas (educação musical, educação física) ou em função dos alunos integrados na turma (educação especial). Nas escolas com poucos alunos as turmas são menos

homogêneas, podendo mesmo incluir alunos dos quatro anos de escolaridade nos casos, ainda muito frequentes, em que existe apenas uma única turma.

O currículo é nacional e está definido em normativos legais de aplicação obrigatória. Baseia-se na aprendizagem da leitura, escrita e cálculo, incluindo também áreas como música, desenho, trabalhos manuais e educação física.

A rede nacional de escolas primárias públicas é extremamente diversificada. As escolas rurais são geralmente edifícios de uma única sala de aula com escassos materiais de ensino e fracos equipamentos. Em 1976, 51,2% das escolas primárias públicas eram ainda edifícios com uma única sala de aula (Sampaio, 1980).

Dado o processo progressivo de urbanização, muitas escolas primárias têm encerrado nas áreas rurais, dinâmica que se acentuou nos últimos anos, no âmbito de políticas de reorganização da rede escolar com a criação de escolas básicas integradas (escolas onde funcionam os três ciclos do ensino básico) e a constituição de novas unidades de gestão de base territorial (agrupamentos de escolas).

Nas áreas urbanas, sobretudo nas periferias das maiores cidades, existem escolas primárias com centenas de alunos. Dada a falta de espaço disponível, muitas têm funcionado em regime de desdobramento, implicando a redução do tempo letivo dos alunos, que frequentam a escola só de manhã ou só de tarde. No entanto, a diminuição gradual do número de crianças resultante da redução da taxa de natalidade tem vindo a aliviar este problema.

2.5.2. A educação dos 10 aos 12 Anos (2.º ciclo do Ensino Básico)

O 2.º ciclo do ensino básico, corresponde à rede das “escolas do ciclo preparatório do ensino secundário – CPES”, criadas na década de 60 do século XX, no quadro de profundas alterações que estavam a ocorrer durante o Estado Novo. Após a 2.ª Guerra Mundial, o regime passara a estar isolado, juntamente com a Espanha, na arena internacional e sob pressão dos Aliados para liberalizar o seu sistema político e para abrir a sua economia ao comércio e ao investimento estrangeiros. Por outro lado, o gradual desenvolvimento de alguns sectores industriais, sob proteção aduaneira, deu origem a uma crescente influência dos interesses da moderna indústria no seio da própria estrutura política. Estas fações tinham consciência, face à crescente internacionalização da economia, da importância decisiva de uma força laboral bem preparada no desenvolvimento industrial do País e na competitividade das empresas portuguesas.

No fim dos anos 40 e nos princípios dos anos 50, estes novos interesses e ideias começaram a ter uma influência decisiva nas políticas educativas do governo. Assim, foi lançada uma ambiciosa reforma global das escolas técnicas secundárias, incluindo a criação de um ciclo preparatório unificado (o embrião das futuras escolas do CPES) associada a uma decisiva expansão deste subsistema: o número de escolas técnicas subiu de 47 em 1933, para 50 em 1943, para 64 em 1953, para 95 em 1963, e para 134 em 1973 (Grácio, 1986).

Em 1955 promoveu-se uma nova abordagem às políticas educativas baseadas no planeamento técnico e não apenas em opções ideológicas. Uma iniciativa relevante foi a participação portuguesa no projeto de investigação da OCDE (Projeto Regional do Mediterrâneo), juntamente com a Espanha, Itália, Jugoslávia, Grécia e Turquia, destinado a “planificar o sistema escolar, adaptando-

o às necessidades de uma economia moderna” (Grácio, 1981, p.660). Este projeto representou uma mudança fundamental na política educacional do Estado Novo. A educação passou a ser concebida menos como um veículo de transmissão doutrinária, e mais como motor de desenvolvimento económico, através da formação de “capital humano”.

O governo, face à procura popular incontrolada de educação, sobretudo nos meios urbanos, procurou manter um sistema de percursos escolares segregados, concebido para diferenciar a expansão inevitável e para proteger a via mais seletiva contra o crescimento massivo da escolarização. Assim, por um lado, foi acrescentado um nível adicional ao ensino primário (as 5.^a e 6.^a classes), conforme sugerido pelos consultores internacionais da OCDE, e foi criada a Telescola, oferecendo o Ciclo Preparatório TV com emissões televisivas e postos de receção com monitores. Por outro lado, procedeu-se (não sem a resistência dos sectores mais conservadores do regime, temerosos dos riscos de miscigenação de classes e de perda de qualidade) à fusão do ciclo técnico elementar com o 1.º ciclo do ensino liceal, criando-se o CPES, como via “nobre” de prosseguimento de estudos.

À semelhança do que ocorre no 1.º ciclo, o número de alunos tem vindo a decrescer ao longo dos anos.

O currículo está definido em normativos nacionais de aplicação obrigatória e inclui planos de estudos detalhados, programas das unidades curriculares e normas de avaliação dos alunos.

O modelo curricular inicial do CPES, nas suas linhas gerais ainda em vigor, definia áreas curriculares de natureza bidisciplinar (Língua Portuguesa e História e Geografia de Portugal, ou Língua Portuguesa e Língua Francesa, ou Matemática e Ciências da Natureza), no pressuposto de que, em cada turma, a leção seria assegurada pelo mesmo docente para ambas as unidades curriculares. Em conformidade, os dispositivos de formação profissional dos respetivos docentes proporcionam a habilitação profissional correspondente. Porém, de facto, o peso da tradição curricular monodisciplinar impôs-se ao normativo, e são relativamente pouco frequentes as situações em que a distribuição do serviço docente respeita o modelo da área bidisciplinar. Na

grande maioria das situações, os docentes “especializam-se” numa das duas disciplinas da respetiva área, conforme as conveniências ou preferências do próprio ou da escola.

Em conformidade, de facto, o currículo está muito atomizado, seguindo de perto a tradição do currículo dos antigos 1.º e 2.º anos do ensino liceal, mantendo-se as disciplinas tradicionais (Português, Matemática, Língua Estrangeira, Ciências da Natureza, etc.). Cada disciplina é assegurada por um professor específico (regime de pluridocência), implicando que cada turma chegue a ter quase dez docentes.

Assim, enquanto que no 1.º ciclo a atividade letiva de cada turma está concentrada numa única sala (com exceção de algumas atividades periféricas ao núcleo duro do currículo), no 2.º ciclo o trabalho dos alunos distribui-se por múltiplas salas de aulas “normais” ou “específicas”, de acordo com o tipo de trabalho a realizar, mas também em função de outras prioridades na distribuição do serviço docente e na gestão dos espaços. O contraste acentua-se, ainda, pela diferença de cultura profissional entre os professores do 1.º e do 2.º ciclos. Enquanto que primeiros se assumem como “professores de crianças”, cuja missão se centra na promoção de aprendizagens fundamentais por parte dos alunos (independentemente dos métodos de ensino adotados), os segundos assumem-se primeiramente como professores de uma disciplina escolar (“professor de matemática”, “professor de inglês”), cuja missão se centra no ensino dessa disciplina. Ou seja, para os primeiros o que interessa é que os alunos aprendam, enquanto que para os segundos o que interessa é que a sua disciplina seja aprendida. Para os primeiros, o foco são os alunos, enquanto que para os segundos o foco é a disciplina escolar. Para os primeiros, o sentimento de pertença ancora-se no mundo da infância e na problemática do desenvolvimento da criança, enquanto que para os segundos o sentimento de pertença liga-se ao mundo académico (universitário) da respetiva área científica.

2.5.3. Ensino Básico em Portugal atualmente

A estrutura atual do sistema escolar foi estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Decreto-Lei 46/86). A configuração da provisão da educação formal foi estabelecida desde então e inclui a educação pré-escolar (dos 3 aos 5 anos), o 1.º ciclo do ensino básico (dos 6 aos 9 anos, correspondendo a 4 anos de escolarização - do 1.º ao 4.º ano), o 2.º ciclo do ensino básico (10 e 11 anos correspondendo a 2 anos de escolarização - do 5.º ao 6.º ano), o subsequente 3.º ciclo do ensino básico (3 anos de escolarização - do 7.º ao 9.º ano) e o ensino secundário (10º, 11º e 12º

ano), completando assim a escolaridade obrigatória. Na realidade, o ensino básico é um conceito relativamente recente. Resulta de uma amálgama de três tradições de escolaridade muito diferentes: a escola primária, a escola preparatória e o ciclo unificado da escola secundária.

O ensino básico visa assegurar uma formação geral comum a todos os alunos, proporcionando a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos. Constitui uma etapa da escolaridade que contribui para aprofundar a democratização da sociedade numa perspectiva de desenvolvimento e progresso, promovendo uma realização individual de cada cidadão e uma intervenção responsável na comunidade (Ministério da Educação, 2004).

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Decreto-Lei 46/86), os objetivos preconizados no ensino básico têm por base três aspetos fundamentais: a criação de condições para o desenvolvimento global e harmonioso dos indivíduos que possibilita a descoberta de interesses e capacidades; a criação de condições que facilitem escolhas escolares e profissionais devidamente esclarecidas; a promoção da construção de valores de cidadania através de atitudes e práticas democráticas. O ensino básico é de carácter obrigatório, universal e gratuito e tem por base a ação em dimensões do desenvolvimento global e integral dos indivíduos: a dimensão pessoal da formação, a dimensão das aquisições básicas e intelectuais fundamentais e a dimensão da cidadania. Estas dimensões atravessam os três ciclos do ensino básico de forma progressiva e sem compartimentações para que o processo de formação dos indivíduos seja integrador. No que se refere ao ensino básico, nomeadamente na sua abordagem curricular integradora, centra-se não só na aprendizagem de conhecimentos, mas também na sua utilização quotidiana que contribuem para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, num contexto de sociedades tecnologicamente desenvolvidas e que se querem abertas e democráticas (Cachapuz, 2001).

Como este estudo envolve apenas o 1º e 2º ciclo do ensino básico, vou apenas dar ênfase a estes dois ciclos:

Tabela 2 - Distribuição dos anos escolares pelo 1º e 2º ciclo.

1º Ciclo	1º ano
	2º ano
	3º ano
	4º ano
2º Ciclo	5º ano
	6º ano

2.5.4. Instrumentos de ação

A integração dos conteúdos de segurança, higiene e saúde no trabalho nos currículos escolares deve ser prosseguida nos vários níveis de ensino, tendo em vista uma cultura de prevenção no quadro geral do sistema educativo e a prevenção dos riscos profissionais como preparação para a vida ativa. A integração de conteúdos sobre segurança, higiene e saúde no trabalho nos programas de formação profissional deve ser concretizada por forma a permitir a aquisição de adequados conhecimentos e hábitos de segurança para o desempenho da profissão.

Todo o universo escolar, desde o básico ao superior, deve ser um dos alvos preferenciais dos temas de segurança e higiene no trabalho, bem como das suas campanhas de informação, divulgação, sensibilização, e prevenção, junto dos jovens, seja na perspectiva da impregnação duma cultura de segurança, seja como veículo privilegiado de medidas de sua autoproteção e das suas famílias.

O interesse social de veicular uma cultura de segurança a começar pelas escolas e outras entidades não pode ficar-se pelos panfletos, "spots" televisivos, manuais didáticos, debates, desdobráveis e autocolantes. É necessário formar e transmitir conhecimentos/atuações práticas efetivas que ajudem o aluno, o jovem, a salvar-se e a salvar outros perante situações de emergência, seja no âmbito da sinistralidade rodoviária, laboral e, muito em especial, na adequabilidade comportamental face ao acidente natural ou tecnológico.

Muito poucas crianças e jovens portugueses conhecem as regras mais elementares de segurança e atuação face ao acidente, e, uma primeira intervenção errada tem um custo, ou seja, ganharíamos em sobrevivência e recuperação de vítimas se houvesse primeiras intervenções adequadas.

Os "campus" escolares deveriam ser, também, espaços privilegiados de ensino/atuação de prática simulada ao nível de socorrismo, salvamento, evacuação, desencarceramento, combate e incêndios, etc.

Que haja viaturas, equipamentos e fardas nas escolas e muita prática. A isso os jovens aderem. É que o ato de educar não pode ser outro que o ato contínuo de descobrir a realidade. Não se deve conter esforços no que toca ao mundo da segurança num compêndio, nem podemos reduzir a realidade a um conjunto de formulações prescritas e definidas. A educação vive da palavra, mas o sucesso da segurança do fazer.

Essa educação prática deverá começar-se pela segurança oferecida pelos próprios edifícios escolares: muitas das escolas têm portas que abrem erradamente, têm escadas sem proteção,

esquinas salientes, desvios desnecessários, má ventilação, iluminação deficiente e adaptações várias de grande perigosidade.

É na assistência e participação da população escolar, na simulação de operações de socorro devidamente comentadas, que poderemos encontrar a chave de sucesso na divulgação da cultura de segurança, isto para que, a nossa população escolar pudesse responder cabalmente a questões pertinentes como por exemplo: quem chamar, (chamei o socorro certo?) o que fazer até chegar o socorro? Pois é este o cerne do espírito da autoproteção e da cultura de Segurança.

É no seio da família e na escola, que pode e deve iniciar-se a cultura de segurança.

2.6. Currículo Nacional do Ensino Básico Português - Higiene e Segurança

Em seguida irei fazer um resumo sobre as disciplinas do 1º e 2º ciclo que abordam o tema segurança (Anexo IV).

1º Ciclo

Relativamente à disciplina de Estudo do Meio verifica-se que logo no 1º ano, bloco 1, as crianças começam a ter contato com a área da segurança, havendo uma abordagem à ergonomia, e existindo também alusão às normas de prevenção rodoviária e normas de prevenção de acidentes domésticos. No bloco 2 há uma pequena alusão às regras de bom funcionamento e conservação dos materiais, não existindo mais nenhuma referência a matéria de segurança até ao final do ano letivo, excetuando o Bloco 5 — À Descoberta dos Materiais e Objetos. No 2º ano existe uma repetição dos conteúdos programáticos do 1º ano, destacando-se no bloco 2 a alusão às “Instituições e Serviços Existentes na Comunidade”, onde provavelmente existirá referência às associações e aos números de emergência. No 3º ano há pela primeira vez alusão aos perigos do consumo de álcool, tabaco e outras drogas, bem como aos primeiros socorros em caso de mordeduras de animais e hemorragias, sendo depois mais uma vez os conteúdos programáticos do bloco 5 repetidos. No 4º ano é falado dos perigos da exposição solar, e existe pela primeira vez a alusão a regras de prevenção de incêndios e regras de segurança anti-sísmicas, temas bastante importantes.

2º Ciclo

No 2º ciclo na disciplina de Educação Tecnológica são lecionadas as alterações no meio ambiente determinadas pela ação humana bem como o seu impacto ambiental. É também abordada a Segurança e Higiene no Trabalho. Em Ciências Naturais é abordada novamente a temática ambiente, bem como as normas de higiene alimentar e higiene pessoal.

3. Estudo Empírico

3.1. Procedimento Metodológico

No início, o objetivo seria aplicar os inquéritos aos alunos do ensino básico, no entanto, devido ao facto de não ter obtido resposta por parte do agrupamento, tomou-se a decisão de aplicar os inquéritos aos pais/encarregados de educação os quais têm educandos a frequentar o 1º e 2º ciclo do ensino básico. Os inquéritos foram colocados online, e entregues em mão, obtendo-se resposta a 41 inquéritos (n=41)

3.2. Objetivo do estudo

É notório, e como foi mencionado no enquadramento teórico, os temas sobre segurança são ainda uma lacuna na educação das escolas em Portugal. A juntar a isto, os índices de acidentes e lesões em crianças têm valores alarmantes. Assim, este estudo tem como objetivos ficar a conhecer, através dos pais/encarregados de educação:

- Os temas que são abordados atualmente no ensino básico (1º e 2º ciclo) em Portugal;
- Os temas que para os pais/encarregados de educação são mais pertinentes e deveriam ser abordados nas escolas;
- Averiguar se a idade dos alunos interfere na perceção que estes têm sobre segurança;

3.3. Procedimentos

Inicialmente o propósito deste estudo seria inquirir alunos do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclo) de um agrupamento escolar previamente escolhido. No entanto, devido à falta de resposta por parte deste, tomei a decisão de obter as respostas pretendidas através dos pais e encarregados de educação.

Depois de formalizado o questionário, chegou-se à conclusão de que as perguntas utilizadas para chegar às respostas pretendidas não se adequavam aos alunos do 3º ciclo (alunos com idade entre 12 e 14 anos). Então, para contornar este problema, limitou-se o âmbito do trabalho apenas ao estudo da cultura de segurança nas crianças do 1º e 2º ciclo do ensino básico, ficando assim enquadradas as questões do inquérito.

O questionário foi desenvolvido na plataforma *online* de formulários do *Google*. A aplicação dos questionários decorreu entre o dia 16 e o dia 30 de dezembro de 2019.

3.4. Questão de partida e hipóteses

Após a pesquisa apresentada no enquadramento teórico, e indo ao encontro dos objetivos deste estudo, elaborou-se a questão de partida: “Os temas curriculares abordados no ensino básico são suficientes para que as crianças/alunos cresçam com cultura de segurança?”.

Tenda em conta que as respostas que iria obter seriam de forma indireta, através dos pais e encarregados de educação, as hipóteses de investigação que foram elaboradas foram as seguintes:

H1: A compreensão e consciência sobre segurança depende da idade dos alunos.

H2: Os currículos escolares são suficientes para que os alunos cresçam com cultura de segurança.

3.5. População alvo e amostra

A população alvo deste estudo foram os pais e encarregados de educação que têm a seu cargo alunos a frequentar o 1º ou 2º ciclo do ensino básico em Portugal.

Tendo em conta os dados terem sido recolhidos através da plataforma *online* de formulários do *Google*, recorreu-se a amostragem por conveniência. Amostras por conveniência são aquelas nas quais os elementos da população são escolhidos de acordo com sua disponibilidade em participar no estudo ou do interesse do autor.

Devido ao facto de os inquéritos terem sido respondidos via internet, fez com que a amostra fosse proveniente de vários distritos

do país. No entanto para este estudo escolheram-se apenas os inquéritos respondidos por encarregados de educação do distrito de Beja.

Obteve-se uma amostra total de 41 pais/encarregados de educação.

3.6. Instrumentos de recolha de dados

O inquérito utilizado para obtenção das respostas dividiu-se em duas partes: a primeira parte consiste em cinco questões para caracterização do educando, e sete questões para avaliar os seus conhecimentos sobre segurança. A segunda parte do inquérito incidiu sobre as informações sobre o pai/encarregado de educação, relativamente à sua profissão, cultura de segurança, e os seus conhecimentos e opinião sobre os temas abordados atualmente nos currículos escolares (Anexo V).

3.6.1. Variáveis

As variáveis são indispensáveis em qualquer tipo de estudo e estão inseridas nas hipóteses sendo necessário o seu «isolamento» para posterior operacionalização. Estas podem ser classificadas segundo o papel que exercem numa investigação. Assim, no presente estudo, são consideradas as variáveis dependentes e independentes Fortin (2006).

A variável dependente de acordo com Fortin (2006), também denominada variável critério ou variável explicada, é aquela que sofre o efeito da variável independente. Definiu-se então para este estudo como variável dependente a Cultura de Segurança dos Alunos do Ensino Básico.

A variável independente ou variável experimental é a que é manipulada no estudo e é considerada como a causa do efeito produzido na variável dependente. Esta relação forma a base da predição e exprime-se pela formulação de hipóteses (Fortin, 2006). Para este estudo, foram seleccionadas as seguintes variáveis independentes:

- Variáveis sóciodemográficas: idade, sexo, distrito, ano escolar;
- Variáveis Socioprofissionais: profissão;

4. Apresentação de Resultados

Para o tratamento dos dados estatísticos, recolhidos através do inquérito, utilizou-se o software IBM SPSS Statistics Base, versão 22.0.

4.1. Caraterização sociodemográfica e socioprofissional da amostra

Através da implementação do inquérito via internet conseguiu-se uma amostra constituída por 41 encarregados de educação, em que a cada um destes corresponde um educando.

Na tabela 3 são apresentadas as idades dos educandos.

Tabela 3 - Idade dos educandos envolvidos no estudo.

Idade (anos)	n	Percentagem (%)
6	4	9,8
7	4	9,8
8	6	14,6
9	11	26,8
10	7	17,1
11	8	29,5
12	1	2,4
Total	41	100

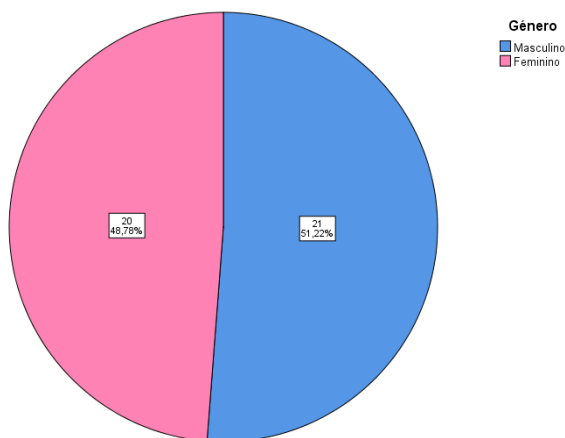
A idade mínima representada é de 6 anos e a máxima é de 12 anos de idade, sendo a média das idades de 9 anos como mostra a tabela 4.

Tabela 4 - Medidas resumo das idades dos educandos.

Idade		Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Mediana
Mínimo	Máximo				
6	12	9,00	1,628	18.088	9,00

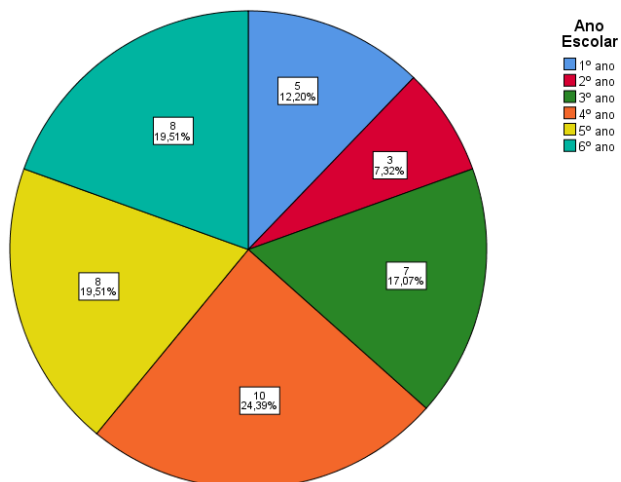
Segundo o gráfico 1, 51.22% dos alunos são do género masculino (n=29), e 48.78% do género feminino (n=20).

Gráfico 1 - Distribuição dos educandos em função do género.



No gráfico 2 está representada a distribuição dos educandos pelo ano escolar. O 4º, 5º e 6º ano escolar são os anos com mais representatividade neste estudo.

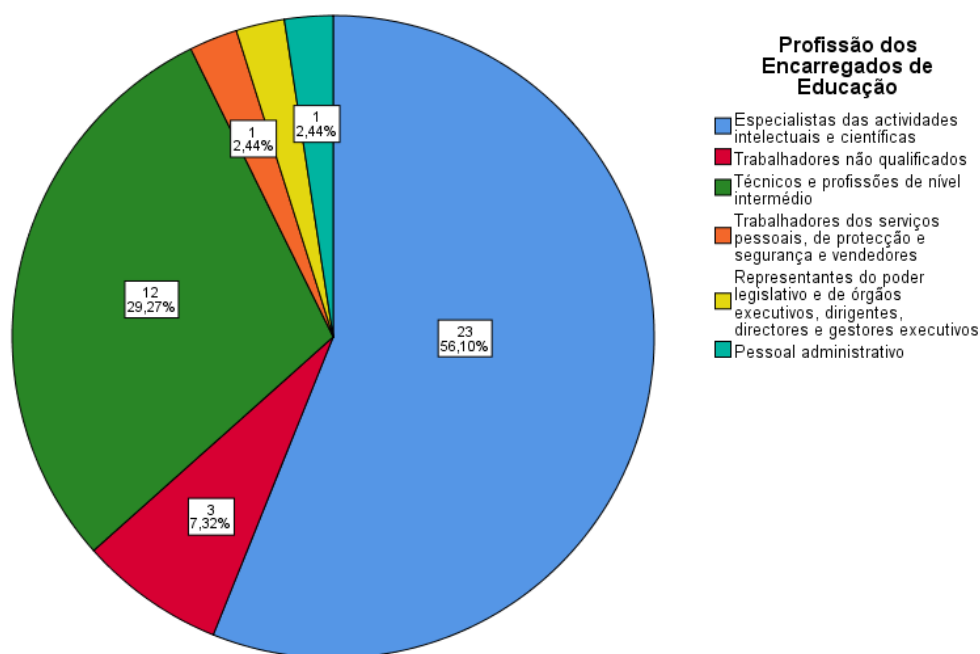
Gráfico 2 - Distribuição do ano escolar que os educandos frequentam.



Devido à grande variedade de profissões dos encarregados de educação representadas no estudo, houve a necessidade de as agrupar em categorias mais amplas. Recorrendo à Classificação Portuguesa das Profissões, estas dividiram-se entre os dez Grandes Grupos da estrutura desta classificação, como se apresenta no gráfico 3.

Verifica-se que a maioria dos encarregados de educação trabalha como especialista das atividades intelectuais e científicas, inserindo-se nesta categoria enfermeiros, engenheiros, e arquitetos, por exemplo, e técnicos de nível intermédio, como técnicos de laboratório, inspetor e detetive da polícia.

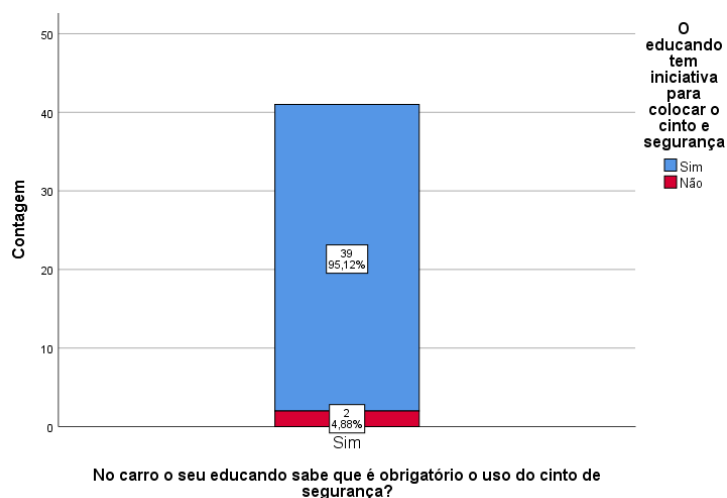
Gráfico 3 - Distribuição da profissão dos pais/encarregados de educação dos educandos.



4.2. Análise da Cultura de Segurança dos Alunos

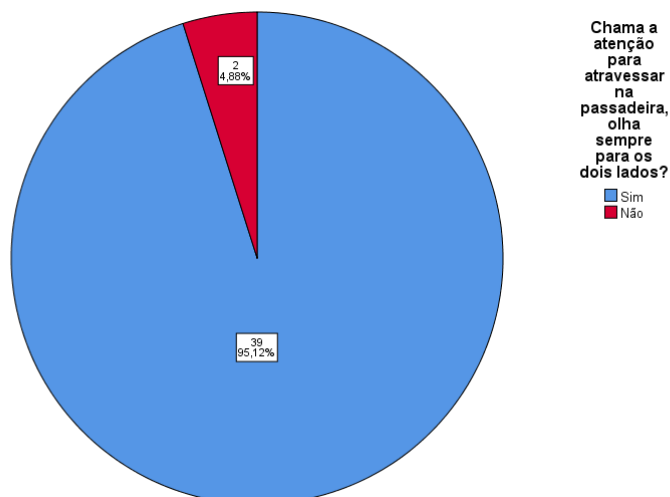
Quanto à consciência e iniciativa do uso do cinto de segurança nos veículos, todos os educandos sabem que este é de uso obrigatório (gráfico 4). No entanto dois deles, de 8 e 9 anos, não têm iniciativa para o utilizar (Anexo VI, Gráfico 15).

Gráfico 4 – Cinto de segurança nos veículos.



Relativamente à segurança como peões os resultados também são positivos: segundo todos os encarregados de educação, os seus educandos são conscientes dos perigos que correm ao atravessar a estrada, e a sua grande maioria, 95.12% toma as devidas precauções ao atravessar a passadeira (gráfico 5).

Gráfico 5 - Consciência dos educandos do ensino básico ao atravessar a estrada.



Relativamente ao brincar de andar de bicicleta, 75.61% usa capacete de segurança e desses 75,61% que utilizam capacete de segurança, 77.42% têm iniciativa para o utilizar (gráfico 6 e 7).

Gráfico 6 - Utilização do capacete de segurança pelos educandos ao andar de bicicleta.

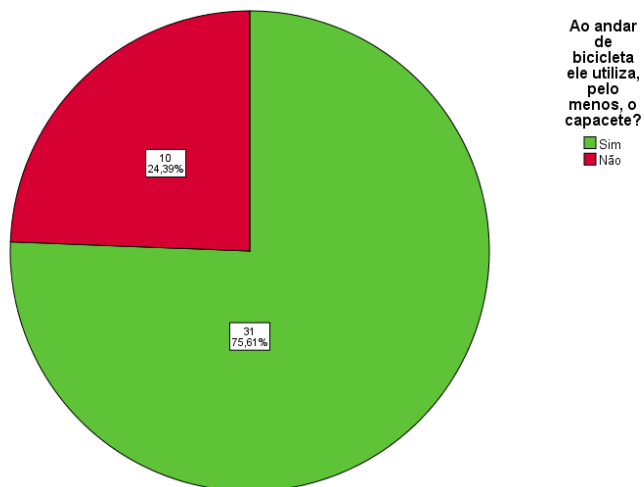
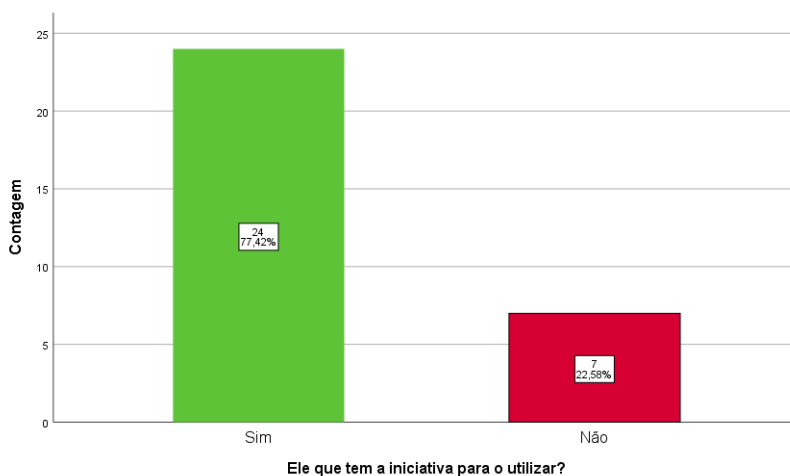


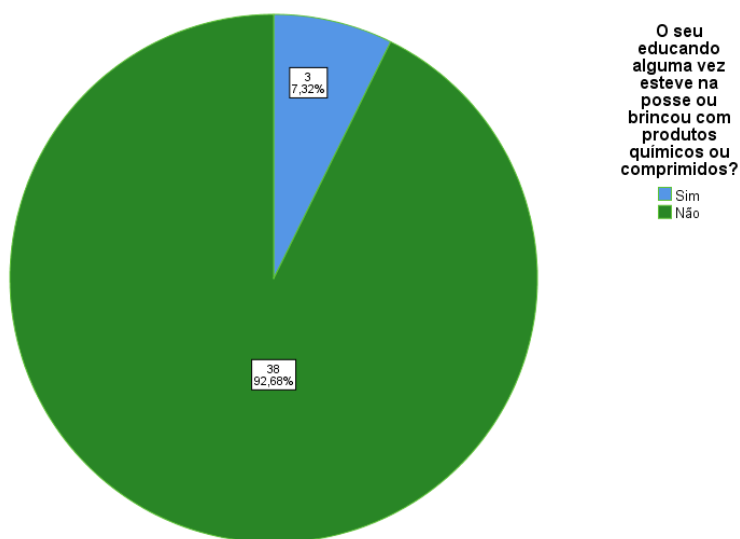
Gráfico 7 - Iniciativa dos educandos do ensino básico para utilizar o capacete de segurança ao andar de bicicleta.



À pergunta do questionário: *O seu educando alguma vez esteve na posse ou brincou com produtos químicos ou comprimidos?* Verifica-se que apenas três deles o fizeram (Gráfico 8).

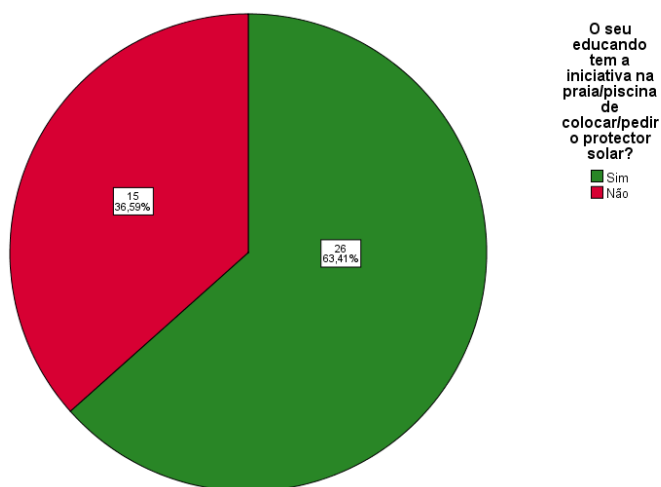
Segundo os encarregados de educação, nenhum dos seus educandos teve no último ano tendência de colocar os dedos nas tomadas elétricas.

Gráfico 8 - Brincar com produtos químicos ou comprimidos.



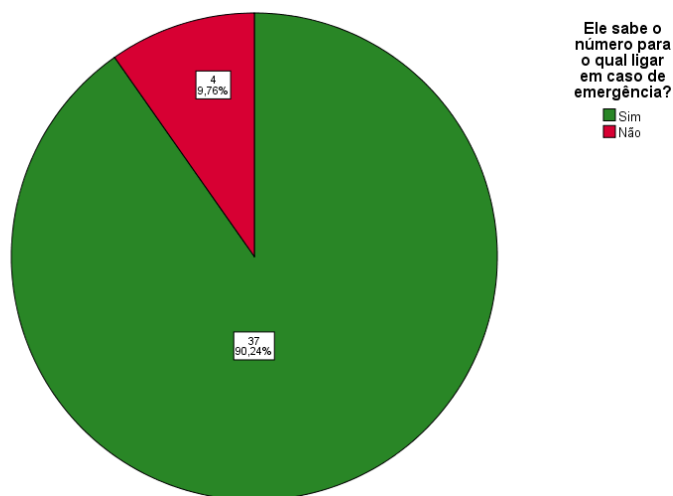
Os resultados à pergunta do questionário: *O seu educando tem a iniciativa na praia/piscina de colocar/pedir o protetor solar?* Obteve-se como resultado de que 36,59% não o faz (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Iniciativa dos educandos colocarem/pedirem para colocar protetor solar na praia/piscina.



Relativamente ao conhecimento do número de emergência, o nº 112, obtiveram-se resultados bastante positivos, apenas 9,76% dos alunos não conhece o número de emergência (Gráfico 10).

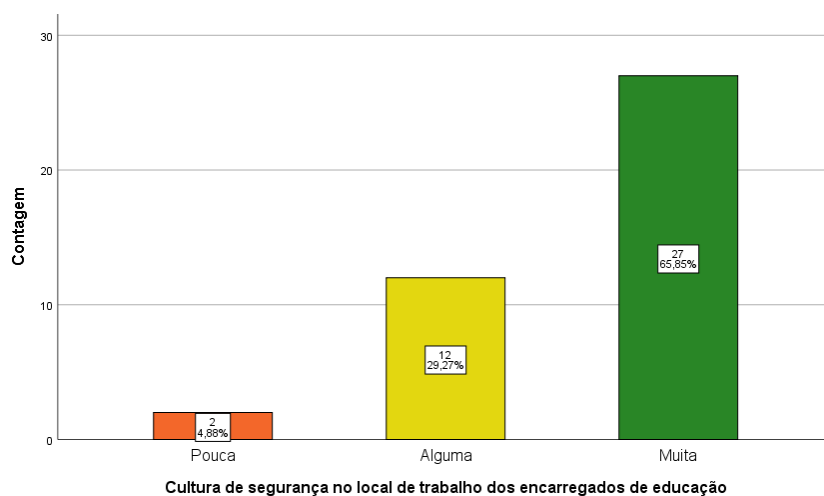
Gráfico 10 - Conhecimento dos educandos sobre o número de emergência.



4.2.1. Parte II do Questionário

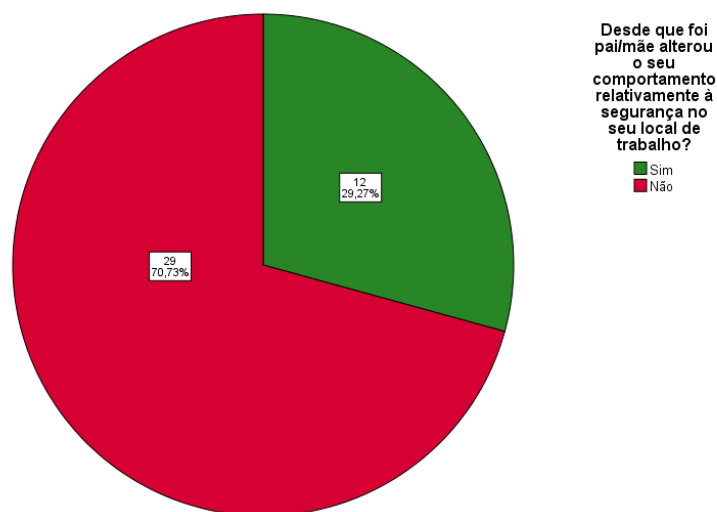
Relativamente à auto-avaliação que os encarregados de educação fizeram de si próprios no seu local de trabalho, verifica-se através do Gráfico 11 que a maior parte considera que tem muita cultura de segurança - 27 encarregados de educação.

Gráfico 11 - Auto-avaliação dos encarregados de educação sobre a sua cultura de segurança no seu local de trabalho.



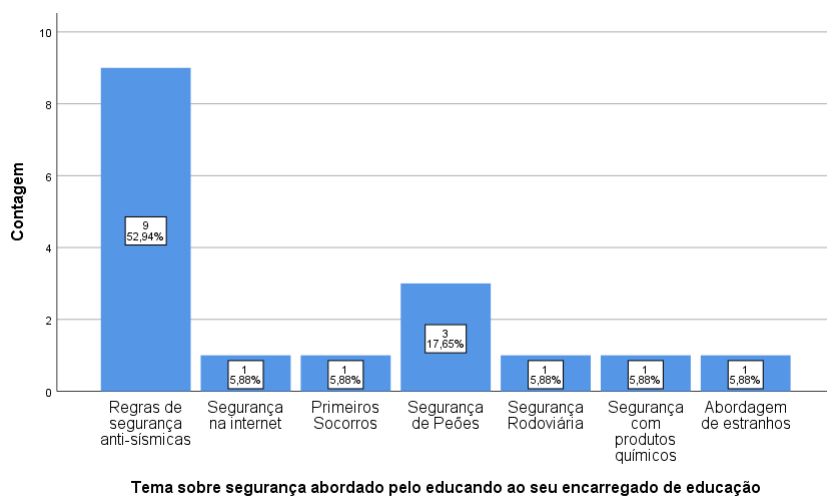
À pergunta: *Desde que foi pai/mãe alterou o seu comportamento relativamente à segurança no seu local de trabalho?* 29,27% respondeu que sim (Gráfico 12).

Gráfico 11 - Alteração do comportamento dos encarregados de educação relativamente à segurança no seu local de trabalho.



Ao visualizar o Gráfico 13 verifica-se que o tema mais abordado pelos educandos aos seus encarregados de educação é a segurança anti-sísmica (52,94%) e em seguida a segurança de peões (17,65%).

Gráfico 13 – Temas sobre segurança mais abordados pelos educandos aos pais/encarregados de educação.



Quando foi pedida a opinião aos encarregados de educação sobre os conteúdos abordados nos currículos escolares do ensino básico e que estes acham mais importantes e uma valia para os alunos, constou-se que a maioria enumerou a segurança anti-sísmica com 22,8%, a segurança rodoviária com 19.3%, e primeiros socorros com 10.5% (Tabela 5).

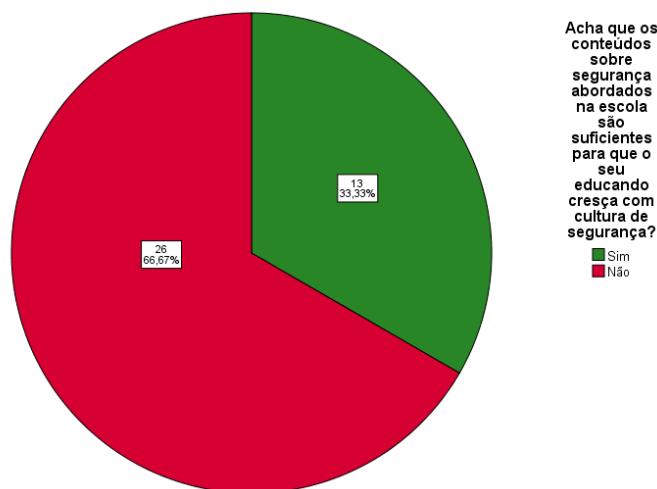
Por outro lado, se verificarmos estes temas mencionados pelos encarregados de educação com os anos escolares dos seus educandos (Gráfico 20, Anexo VI), verifica-se que estes estão de acordo com os temas abordados nos anos escolares. Nomeadamente a Segurança Anti-Sísmica e Segurança Rodoviária, os mais referidos, estão em maior percentagem.

Tabela 5 - Temas abordados no ensino básico mais importantes na opinião dos encarregados de educação.

Tema mais Importantes	n	Percentagem
Segurança Anti-Sísmica	13	22,8%
Segurança Rodoviária	11	19,3%
Primeiros Socorros	6	10,5%
Abordagem de Estranhos	4	7,0%
Segurança na Internet	4	7,0%
Segurança de Peões	4	7,0
Segurança Doméstica	3	5,3%
Segurança na Utilização de Produtos Químicos	3	5,3%
Número de Emergência	2	3,5%
Regras de prevenção de incêndios	2	3,5%
Cuidados a ter durante a exposição Solar	1	1,8%
Segurança Escolar	1	1,8%
Álcool, Drogas/Medicamentos	1	1,8%
Segurança Alimentar	1	1,8%
Os conteúdos abordados, mas mais consolidados	1	1,8%
Total	57	100%

Perguntou-se aos pais e encarregados de educação se, na sua opinião, os temas abordados na escola (os quais estes têm conhecimento) são suficientes para que os alunos cresçam com cultura de segurança. Na sua maioria (66,67%) a resposta é negativa, enquanto 33,33% são da opinião que sim (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Opinião dos encarregados de educação sobre os temas abordados na escola.



Os encarregados de educação foram questionados sobre quais os temas que deveriam ser abordados nos currículos escolares. Os resultados encontram-se na seguinte tabela, onde se verifica que o tema mencionado por estes é um problema emergente dos dias que correm e da grande evolução tecnológica que ocorre constantemente – Segurança na Internet. 18% dos encarregados de educação são da opinião que os temas abordados na escola são os indicados, mas que deveriam ser mais consolidados.

Também a Segurança Rodoviária e a Abordagem de Estranhos são temas que os encarregados de educação acham pertinentes serem falados na escola.

É de salientar que alguns dos encarregados de educação quando falam do tema da segurança pessoal, enumeram este tema com o intuito dos seus educandos aprenderem a defender-se em caso de bullying.

Tabela 6 - Temas, segundo os encarregados de educação, que deveriam ser abordados nos currículos escolares.

Temas	n	Percentagem
Segurança na Internet	12	24,0%
Os conteúdos abordados, mas mais consolidados	9	18,0%
Segurança Rodoviária	4	8,0%
Abordagem de Estranhos	4	8,0%
Primeiros de Peões	3	6,0%
Regras de Prevenção de Incêndios	3	6,0%
Segurança Alimentar	3	6,0%
Segurança Pessoal (Bullying)	3	6,0%
Primeiros Socorros	2	4,0%
Segurança Escolar	2	4,0%
Segurança Anti-Sísmica	1	2,0%
Segurança Doméstica	1	2,0%
Segurança na utilização de produtos químicos	1	2,0%
Álcool, Drogas/Medicamentos	1	2,0%
Ergonomia	1	2,0%
Total	50	100%

5. Discussão de Resultados

O principal objetivo deste estudo foi estudar se os conteúdos programáticos lecionados no 1º e 2º ciclo do Ensino Básico são suficientes para que os alunos cresçam e desenvolvam uma cultura de segurança que, futuramente, lhes permita ter uma boa conduta no seu local de trabalho.

Relativamente aos estudos já existentes sobre esta temática, nenhum menciona estudo com alunos ou crianças, e existem muito poucos sobre o tema da proteção civil.

Em termos gerais, os resultados obtidos nos inquéritos aplicados aos encarregados de educação, denota-se um resultado globalmente positivo. Relativamente à pergunta sobre o uso do cinto de segurança nos veículos, apenas dois educandos de 8 e 9 anos de idade não sabem que é de uso obrigatório. Quanto ao uso do capacete de segurança ao andar de bicicleta os resultados também foram positivos, verificando-se que os educandos que não o utilizam são das várias idades presentes no estudo, não se podendo assim fazer uma generalização.

Relativamente à segurança de peões e o brincar com produtos químicos ou comprimidos, retira-se que grande parte dos educandos no presente estudo são conscientes dos perigos que correm ao atravessar a estrada e ao brincar com estes produtos, não tendo a idade influência na sua perceção do perigo – Gráfico 17.

À pergunta sobre o uso de protetor solar na praia ou piscina os resultados não foram tão positivos. Apesar da maioria dos educandos pedir para, ou colocar protetor solar, cerca de 36,59% não o faz. Segundo o Gráfico 18, isso acontece com educandos das várias idades em estudo.

Quanto ao conhecimento do número de emergência, quatro educandos com 6, 9 e 10 anos de idade não têm conhecimento de qual é (Gráfico 19), não sendo, mais uma vez, a idade fator de influência na consciência sobre segurança do educando.

Analisando agora estes resultados com os conteúdos que são abordados na escola segundo os encarregados de educação, verifica-se que os perigos da exposição solar só são enunciados por um encarregado de educação, no 6º ano de escolaridade. Por sua vez, a segurança rodoviária é dos temas mais abordados segundo os encarregados de educação, refletindo-se nos resultados bastante positivos dos inquéritos relativamente ao uso de cinto de segurança e consciência dos perigos ao atravessar a estrada.

Na questão sobre quais os conteúdos que deveriam ser abordados nos currículos escolares segundo a opinião dos encarregados de educação, verificou-se que 24% das respostas foram a segurança na internet. Este é um tema bastante atual e que cada vez mais teremos de ter atenção.

Segundo os resultados obtidos neste estudo através dos inquéritos aplicados aos encarregados de educação dos educandos do 1º e 2º ciclo do ensino básico, a compreensão e consciência sobre segurança não irá depender da idade dos alunos. À medida que crescemos a nossa consciência sobre os perigos que nos rodeiam vai aumentando (Jane Nelsen 2019). No entanto, os erros que os encarregados de educação dizem os seus educandos cometer, não têm uma correlação com a idade, ou seja, não são os alunos mais novos, 6 e 7 anos, que mais praticam esses erros.

Quanto à cultura de segurança, verifica-se no geral resultados bastantes positivos, influência talvez dos currículos escolares praticados na escola, pois os temas abordados na escola coincidem com as respostas positivas dos encarregados de educação sobre os seus educandos.

6. Conclusão

Globalmente os resultados obtidos nos inquéritos aplicados aos encarregados de educação foram positivos. No entanto, os resultados poderão não ser viáveis devido ao facto de serem respondidos pelos encarregados de educação em vez de pelos próprios educandos, não mostrando a verdadeira realidade da problemática em estudo. Assim, um exemplo de trabalho futuro seria inquirir os educandos, confrontando-os com perguntas sobre a temática da segurança, averiguando assim verdadeiramente o seu grau de cultura de segurança adquirido até ao seu ano de escolaridade.

A informação é o primeiro passo para desenvolver um comportamento seguro em relação aos acidentes. Qualquer projeto que tenha por objetivo a redução dos acidentes deve ter como base estratégias que envolvam a comunidade (reforço da ação coletiva e suas habilidades) e o Estado (políticas públicas), como programas de geração de empregos, apoio financeiro às famílias que se comprometerem a manter as crianças na escola, maior investimento em saúde e educação

Programas para crianças, como o “Pense Primeiro”, lançado nos EUA, em 1986, por um grupo de neurocirurgiões preocupados com os altos índices de seqüela de traumatismo cranioencefálico e de medula espinhal, por via de acidentes com educandos, são aplicados nas escolas de vários estados norte-americanos, além do Canadá, Austrália e México. Projetos semelhantes deveriam estar na ordem do dia dos nossos governantes e seriam de todo pertinentes serem usadas pelas nossas escolas portuguesas.

O programa é aplicado em seis módulos, que chamam a atenção sobre a estrutura geral e função do cérebro e medula espinhal, segurança em veículos motorizados e pedestres, segurança em bicicletas, segurança com armas, segurança na água e em áreas de recreação e desportos. Uma avaliação mostrou que o conhecimento sobre esse assunto aumentou bastante entre as crianças, mostrando que no Brasil, o programa Permanente de Prevenção de Acidentes nas Escolas, é a realização prática de um projeto, formado por representantes dos alunos, pais, professores, diretores e funcionários das escolas, que têm por objetivo observar as condições e situações de risco para acidentes/violência no ambiente escolar, além de promover a conscientização de princípios de segurança voltados para a prevenção na escola, no lar, no trânsito e no trabalho, construindo uma cultura de segurança e paz e solicitando medidas para reduzir e até eliminar esses riscos (Edson Ferreira Liberal).

A escola é o ambiente ideal para a criação de uma “cultura de segurança” e precisa ser vista como um espaço público que deve ser mais aproveitado.

A construção de uma “Escola Segura” é uma tarefa complexa. Uma escola onde a preocupação em se prevenir acidentes e violências seja uma constante, que estimule hábitos de vida saudável, que garanta boa educação, que estimule todos os alunos sem preconceito, que perceba suas dificuldades e os prepare para a vida é, sem dúvida, um ideal que devemos perseguir.

Toda a esperança e fascínio que a criança tem ao ingressar na escola não podem ser quebrados e destruídos diante das dificuldades observadas nas unidades escolares. A proposta da Escola Promotora de Saúde serve como base teórica do que devemos fazer para tornar o ambiente escolar o mais seguro possível, propiciando um bom desenvolvimento físico, social, intelectual e cultural a todos. Para isso, é necessária a participação conjunta dos profissionais da saúde e da educação, no sentido de conhecer melhor a temática e atuar de forma mais específica e eficaz na construção da “Escola Segura”. Em todas as propostas para a redução de acidentes a discussão e a construção do conhecimento devem ser participativas, envolvendo o corpo docente, pais e membros da comunidade que representam o centro das atividades. Além disso, a abertura das escolas para a comunidade, fomentando a sua participação, foi medida adotada por muitas escolas, objetivando a redução dos acidentes.

É fundamental que todos os profissionais da educação estejam com o olhar voltado para os problemas sociais, cientes da sua responsabilidade e adequados às ações preventivas.

As iniciativas do setor da educação precisam ser compartilhadas por outras ligadas à cultura e lazer, segurança e justiça. A promoção da cultura de segurança no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento integral da cidadania, que permeia a segurança, a educação, a justiça e a equidade.

7. Bibliografia

- ❖ Autoridade para as Condições de Trabalho (2019). Acidentes de Trabalho Mortais. Consultado a 21/01/2019: [http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/CentroInformacao/Estatistica/Paginas/AcidentesdeTrabalhoMortais.aspx](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/CentroInformacao/Estatistica/Paginas/AcidentesdeTrabalhoMortais.aspx)
- ❖ Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2019). Legislação em Matéria de Segurança e Saúde. Consultado a 10/02/2019: <https://osha.europa.eu/pt/safety-and-health-legislation>
- ❖ Por Data – Base de Dados Portugal Contemporâneo (2019). Acidentes de trabalho: total e mortais. Consultado a 08/02/2019: <https://www.pordata.pt/Portugal/Acidentes+de+trabalho+total+e+mortais-72>
- ❖ Decreto-Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro. Diário da República n.º 176/2009, Série I. Lisboa
- ❖ Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Durante a Ocorrência de um Sismo. Consultado a 21/01/2019: <https://www.ipma.pt/pt/enciclopedia/geofisica/caso.sismo/index.html?page=durante.xml>
- ❖ André Lamas Leite (2016, junho 11). “Portugalidade”, comodismo e espírito inquieto. Público
- ❖ Carla Isabel Leão de Sá e Silva Coelho (2016). Envelhecimento e saúde em Portugal. Práticas e desafios num cenário de aumento da população idosa (Tese de Mestrado não editada, para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, especialização em Políticas Públicas). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- ❖ João Areosa (2010). Riscos e sinistralidade laboral: um estudo de caso em contexto organizacional (Tese de Doutoramento não editada, para obtenção do grau de Doutor em Sociologia). Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa
- ❖ Observatório da Imigração (2010). Imigração e Sinistralidade Laboral (Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.)). Lisboa: PROS – Promoções e Serviços Publicitários, Lda.
- ❖ Isabel Alarcão, Gabriela Portugal, Manuel Sarmento, Natércio Afonso, Teresa Gaspar, Teresa Vasconcelos, Maria do Céu Roldão (2008). Relatório de Estudo: Educação das Crianças dos 0 aos 12 Anos. Aveiro

- ❖ Ana Cristina Andrade Abreu (2012). A Importância da Cooperação entre a Escola e a Família (Dissertação de mestrado não editada, para obtenção do grau de Mestre em Educação Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico). Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco
- ❖ Roberta NagaiI, Ana Maria C LefèvreII, Fernando LefèvreII, Josiane StelutiI, Liliane R TeixeiraI, Lílian C S ZinnI, Nilson S SoaresI, Frida M Fischer (2006). Knowledge and practices by adolescents in preventing occupational injuries: a qualitative study. *Revista Saúde Pública*, 41(3):404-11. Consultado em 4 Jan. 2019. Disponível em https://scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102007000300012&lang=pt.
- ❖ Bruna da Silva Duarte, Cleide Vitor Mussini Batista. DESENVOLVIMENTO INFANTIL: Importância das Atividades Operacionais na Educação Infantil. Apresentada em VI Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Brasil.
- ❖ Mariana Pereira Campos e Sá (2015). As crianças como mercado influenciador: A influência das crianças na tomada de decisão dos pais (Dissertação de Mestrado não editada, para obtenção de grau de mestre em Marketing). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- ❖ Patrícia Raquel Pires Oliveira (2015). Refletir o presente, perspetivar o futuro: caminhos para a docência (Relatório Final não editado para obtenção do grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.ºCEB). Escola Superior de Educação, Coimbra.
- ❖ Emília Maria Freitas Lopes Serrão (2009). O Educador de Infância e o Jogo no Desenvolvimento da Criança (Relatório Final não editado para obtenção do grau de Mestre em Educação - Formação Pessoal e Social). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- ❖ Alexandre Sant’Anna, Paulo Roberto do Nascimento (2011). A história do lúdico na educação. *REVEMAT*, eISSN 1981-1322, Florianópolis (SC), v. 06, n. 2, p. 19-36, 2011. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5007/1981-1322.2011v6n2p19>
- ❖ João Barroso (2003). Organização e Regularização dos Ensinos Básico e Secundário, em Portugal: Sentido de uma Evolução. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 63-92, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

- ❖ Diário da República (2013). *Despacho n.º 5048-B/2013, 2.ª série — N.º 72 de 12 de abril de 2013*. Ministério da Educação e Ciência: Gabinetes do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar e do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário. Retirado a 15 de janeiro de 2019 de: https://www.portaldasescolas.pt/imageserver/plumtree/portal/matnet/Despacho_5048B_2013.pdf
- ❖ Instituto Nacional de Estatística. Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação. Consultado a 23/01/2019: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006268&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=PT
- ❖ Eurostat. Consultado a 23/01/2019: <https://ec.europa.eu/eurostat>
- ❖ Paula Cristina Cruz Monteiro (2013). *Cooperação e a relação entre os pares através do trabalho de projeto. (Relatório Final de estágio não editado para obtenção do grau de Mestre para a Qualificação para a Docência em Educação Pré-Escolar)*. Instituto Superior de Educação e Ciências, Lisboa
- ❖ Maria Clara Araújo Gomes Inácio (2010). *A promoção de uma cultura de segurança nos alunos do ensino básico: um estudo de caso nos segundo e terceiro ciclos (Tese de Mestrado não editada, para obtenção do grau de mestre em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos)*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra
- ❖ Direção Geral da Educação. Organização/Gestão Curricular. Consultado a 05/01/2019: <https://www.dge.mec.pt/>
- ❖ Teresa Contreiras, Emanuel Rodrigues, Baltazar Nunes (2006 - 2008). *Acidentes Domésticos e de Lazer: Informação Adequada*. Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Lisboa

Anexos

Anexo I – Tabela resumo com as várias definições do termo cultura de segurança e seus autores

Tabela 7 - Resumo das definições e aspetos de cultura de segurança.

Autores	Definição	Aspetos
INSAG (1988, apud IAEA, 1991, p. 1)	Conjunto de características e atitudes das organizações e dos indivíduos, que garante que a segurança de uma planta nuclear, pela sua importância, terá a maior prioridade.	Não define claramente os aspectos.
Turner e outros (1989, apud PIDGEON, 1991)	Conjunto específico de normas, crenças, funções, atitudes e práticas dentro de uma organização, com o objetivo de minimizar a exposição dos empregados, clientes, fornecedores e do público em geral das condições consideradas perigosas ou que causem doenças.	Normas, crenças, funções, atitudes e práticas.
Glendon e Stanton (2000) e Silva e Lima (2004)	Conjunto de crenças, valores e normas partilhados pelos membros de uma organização que constituem os pressupostos básicos para a segurança do trabalho.	Crenças, valores, normas e pressupostos básicos.
Hopkins (2005)	Práticas coletivas com origem nos valores e pressupostos básicos.	Práticas coletivas, valores e pressupostos básicos.
Cooper (1998, 2000)	Resultado de interações dinâmicas entre percepção e atitudes, comportamentos e ações e estrutura da organização.	Percepção, atitudes, ações, comportamentos e estrutura da organização.
Uttal (1983 apud REASON, 1997, p.293)	Valores (o que é importante) e crenças (como as coisas funcionam) compartilhados, que interagem com a estrutura da organização e sistemas de controlos para produzir normas de comportamento (a maneira com são feitas as coisas).	Valores, crenças e estrutura da organização.
Richer e Kock (2004)	Experiências vividas pelos membros da organização e os significados e as interpretações destas experiências, expressos em parte de forma simbólica, que servem	Experiências, ações, símbolos.

	como guia para as ações dos empregados frente aos riscos, aos acidentes e à prevenção.	
Carrol (1998)	A alta prioridade e o valor dada por todos os seus membros da organização em todos os seus níveis para a segurança dos trabalhadores e do público em geral.	Valor.
Ostrom, Wilhelmsem e Kaplan (1993)	Atitudes e crenças da organização, manifestada em ações, políticas e procedimentos, que afetam a performance da segurança.	Atitudes, crenças, ações, políticas e procedimentos.
Hale (2000)	Atitudes, crenças e percepções compartilhadas pelos membros do grupo, que definem normas e valores, que por sua vez determinam como eles agem e reagem em relação ao risco e ao sistema de controle dos riscos.	Atitudes, crenças, percepções, valores, ação e sistema de controle.
Pidgeon (1991)	Normas, crenças, funções e práticas para o controle dos perigos e riscos existentes na organização.	Normas, crenças e práticas.
Pidgeon e O'leary (2000)	O conjunto de pressupostos e práticas a eles associadas, que permitem que sejam construídas crenças sobre o perigo e a segurança.	Pressupostos, práticas e crenças.
HSC (apud REASON, 2007,p.194.	Produto dos valores, atitudes, percepção, competências e padrão de comportamento de indivíduos e grupos que determinam o comprometimento, o estilo e a proficiência do gerenciamento da segurança do trabalho da organização.	Valores, atitudes, percepção, comportamentos e sistema de segurança do trabalho.
OIT (2004)	É o respeito ao direito à segurança no ambiente de trabalho, devendo os governantes, os empregadores e os trabalhadores participarem ativamente na defesa deste direito e o princípio da prevenção deve ser acordado como mais alta prioridade.	Direito e respeito.

Anexo II - Dados estatísticos dos acidentes trabalho mortais em Portugal por ano e por categoria profissional

Tabela 8 - Dados estatísticos dos acidentes de trabalho mortais (fonte ACT).

Tipo de acidente	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nas instalações	106	102	117	91	116	69
In itinere	9	17	10	14	15	1
Em viagem, transportes ou circulação	20	21	11	23	26	13
Total	135	140	138	128	157	83

Tabela 9 - Distribuição dos acidentes de trabalho mortais em Portugal por grupo profissional.

Código	Grupo profissional	2014	2015	2016	2017	2018	2019
10	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	3	3	3	3	1	3
20	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	0	0	0	1	0	0
30	Técnicos e profissionais de nível intermédio	15	5	5	8	14	4
40	Pessoal administrativo e similares	1	1	5	3	2	2
50	Pessoal dos serviços e vendedores	3	7	6	4	11	1
60	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	17	19	4	9	6	4
70	Operários, artífices e trabalhadores similares	47	44	38	52	48	26
80	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	15	20	22	11	22	8
90	Trabalhadores não qualificados	33	35	43	35	31	16
	Em averiguação	1	6	12	2	22	19
	Total	135	140	138	128	157	83

Anexo III – Tabelas com as Principais Causas de Morte no Mundo e na Europa

Tabela 10 - Principais causas de morte no Mundo.

Rank	Under 1 year	1–4 years	5–9 years	10–14 years	15–19 years	Under 20
1	Perinatal causes	Lower respiratory infections	Lower respiratory infections	Lower respiratory infections	Road traffic injuries	Perinatal causes
2	Diarrhoeal diseases	Diarrhoeal diseases	Road traffic injuries	Road traffic injuries	Self-inflicted injuries	Lower respiratory infections
3	Lower respiratory infections	Measles	Malaria	Drowning	Violence	Diarrhoeal diseases
4	Malaria	Malaria	Diarrhoeal diseases	Malaria	Lower respiratory infections	Malaria
5	Congenital anomalies	HIV/AIDS	Meningitis	Meningitis	Drowning	Measles
6	Pertussis	Congenital anomalies	Drowning	HIV/AIDS	Tuberculosis	Congenital anomalies
7	HIV/AIDS	Protein–energy malnutrition	Protein–energy malnutrition	Tuberculosis	Fire-related burns	HIV/AIDS
8	Tetanus	Drowning	Measles	Diarrhoeal diseases	HIV/AIDS	Road traffic injuries
9	Meningitis	Road traffic injuries	Tuberculosis	Protein–energy malnutrition	Leukaemia	Pertussis
10	Measles	Meningitis	HIV/AIDS	Self-inflicted injuries	Meningitis	Meningitis
11	Protein–energy malnutrition	Fire-related burns	Fire-related burns	Leukaemia	Maternal haemorrhage	Drowning
12	Syphilis	Pertussis	Falls	Fire-related burns	Falls	Protein–energy malnutrition
13	Endocrine disorders	Tuberculosis	Congenital anomalies	War	Poisonings	Tetanus
14	Tuberculosis	Upper respiratory infections	Epilepsy	Violence	Abortion	Tuberculosis
15	Upper respiratory infections	Syphilis	Leukaemia	Trypanosomiasis	Epilepsy	Fire-related burns

Source: WHO (2008), Global Burden of Disease: 2004 update.

Tabela 11 - Principais causas de morte na Europa.

Posição	< 1 Ano	1-4 Anos	5-14 Anos	15-24 Anos	25-60 Anos	≥60 Anos	Todas as idades
1.	Condição perinatal	Acidentes	Acidentes	Acidentes	Neoplasias	Doença do aparelho circulatório	Doença do aparelho circulatório
2.	Anomalias congénitas	Anomalias congénitas	Neoplasias	Neoplasias	Doença do aparelho circulatório	Neoplasias	Neoplasias
3.	Sintomas e sinais mal definidos	Neoplasias	Doenças do sistema Nervoso e órgãos dos sentidos	Doença do aparelho circulatório	Acidentes	Doenças do aparelho Respiratório	Doenças do aparelho Respiratório
4.	Doenças do sistema Nervoso e órgãos dos sentidos	Doenças do sistema Nervoso e órgãos dos sentidos	Anomalias congénitas	Sintomas e sinais mal definidos	Doenças do aparelho digestivo	Doenças do aparelho digestivo	Acidentes
5.	Acidentes	Doenças infecciosas e parasitárias	Doença do aparelho circulatório	Doenças do sistema Nervoso e órgãos dos sentidos	Sintomas e sinais mal definidos	Sintomas e sinais mal definidos	Doenças do aparelho digestivo
6.	Doenças do aparelho Respiratório	Sintomas e sinais mal definidos	Doenças do aparelho Respiratório	Perturbações mentais	Doenças do aparelho Respiratório	Acidentes	Sintomas e sinais mal definidos
7.	Doenças infecciosas e parasitárias	Doenças do aparelho Respiratório	Doença s endócrinas, metabólicas e nutricionais	Doenças do aparelho Respiratório	Doenças do sistema Nervoso e órgãos dos sentidos	Doença s endócrinas, metabólicas e nutricionais	Doença s endócrinas, metabólicas e nutricionais

Fonte: *Injuries in the European Union (Summary 2003-2005)*. Publicado pela EuroSafe. IDB. KfV, 2007

Anexo IV – Metas Curriculares do 1º e 2º Ciclo

Metas Curriculares 1º Ciclo

- 1º ano -

Bloco 1 – À Descoberta de Si Mesmo

A Saúde do seu Corpo

- Reconhecer e aplicar normas de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, lavar os dentes...).
- Conhecer normas de higiene alimentar (importância de uma alimentação variada, lavar bem os alimentos que se consomem crus, desvantagem do consumo excessivo de doces, refrigerantes...).
- Reconhecer a importância de posturas corretas do exercício físico e do repouso para a saúde (estar bem sentado, brincar ao ar livre, deitar cedo...).
- Conhecer e aplicar normas de vigilância da sua saúde (idas periódicas ao médico, boletim individual de saúde).

A Segurança do seu Corpo

- Conhecer e aplicar normas de prevenção rodoviária (caminhar pela esquerda nas estradas, atravessar nas passadeiras, respeitar os semáforos...).
- Conhecer e aplicar normas de prevenção de acidentes domésticos:
 - Cuidados a ter com objetos e produtos perigosos (cortantes, contundentes, inflamáveis, corrosivos, tóxicos...);
 - Cuidados a ter com a eletricidade;
 - Sinalização relativa à segurança (venenos, eletricidade...).

Bloco 2 - À Descoberta de Si Mesmo

A sua Escola

- A sua classe:
 - Conhecer o número de alunos, horários, regras de funcionamento, funções dos vários elementos da classe;
 - Participar na organização do trabalho da sala (planificação, avaliação...);
 - Participar na arrumação, arranjo e conservação da sala, do mobiliário e dos materiais;
 - Participar na dinâmica do trabalho em grupo e nas responsabilidades da turma.
- O funcionamento da sua escola:
 - Participar na elaboração de regras;
 - Conhecer direitos e deveres dos alunos, professores e pessoal auxiliar.

Bloco 3 – À Descoberta do Ambiente Natural

Bloco 4 — À Descoberta das Inter-Relações entre Espaços

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Bloco 5 — À Descoberta dos Materiais e Objetos

Manusear Objetos em Situações (tesoura, martelo, sacho, máquina de escrever, gravador, lupa, agraphador, furador...)

- Conhecer e aplicar alguns cuidados na sua utilização e conservação.

Bloco 1 – À Descoberta de Si Mesmo

A Saúde do seu Corpo

- Conhecer e aplicar normas de:
 - Higiene do corpo (hábitos de higiene diária);
 - Higiene alimentar (identificação dos alimentos indispensáveis a uma vida saudável, importância da água potável, verificação do prazo de validade dos alimentos...);
 - Higiene do vestuário;
 - Higiene dos espaços de uso coletivo (habitação, escola, ruas...).
- Identificar alguns cuidados a ter com a visão e a audição (não ler às escuras, ver televisão a uma distância correta, evitar sons de intensidade muito elevada...).
- Reconhecer a importância da vacinação para a saúde.

A Segurança do seu Corpo

- Conhecer e aplicar normas de prevenção rodoviária (sinais de trânsito úteis para o dia-a-dia da criança: sinais de peões, pistas de bicicletas, passagens de nível...).
- Identificar alguns cuidados na utilização:
 - Dos transportes públicos;
 - De passagens de nível.
- Conhecer e aplicar regras de segurança na praia, nos rios, nas piscinas.

Bloco 2 - À Descoberta de Si Mesmo

Modos de Vida e Funções de Alguns Membros da Comunidade (merceeiro, médico, agricultor, sapateiro, operário, carteiro...)

- Contactar e descrever em termos de:

- Idade;
- Sexo;
- O que fazem;
- Onde trabalham;
- Como trabalham...

Instituições e Serviços Existentes na Comunidade

- Contactar e recolher dados sobre coletividades, serviços de saúde, correios, bancos, organizações religiosas, autarquias...

Bloco 3 – À Descoberta do Ambiente Natural

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Bloco 4 — À Descoberta das Inter-Relações entre Espaços

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Bloco 5 — À Descoberta dos Materiais e Objetos

Manusear Objetos em Situações Concreta (tesoura, martelo, sacho, serrote, máquina de escrever, gravador, lupa, agraphador, furador...)

- Reconhecer a sua utilidade.
- Conhecer e aplicar alguns cuidados na sua utilização.

Bloco 1 – À Descoberta de Si Mesmo

A Saúde do seu Corpo

- Reconhecer a importância do ar puro e do sol para a saúde.
- Identificar perigos do consumo de álcool, tabaco e outras drogas.

A Segurança do seu Corpo

- Conhecer algumas regras de primeiros socorros:
 - Mordeduras de animais;
 - Hemorragias.

Bloco 2 - À Descoberta de Si Mesmo

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Bloco 3 – À Descoberta do Ambiente Natural

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Bloco 4 — À Descoberta das Inter-Relações entre Espaços

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Bloco 5 — À Descoberta dos Materiais e Objetos

Manusear Objetos em Situações Concretas (tesoura, martelo, sacho, serrote, máquina fotográfica e de escrever, gravador, retroprojektor, projetor de diapositivos, lupa, bússola, microscópio...)

- Conhecer e aplicar alguns cuidados na sua utilização e conservação.
- Reconhecer a importância da leitura das instruções e/ou normas de utilização.

Bloco 6 — À Descoberta das Inter-Relações entre a Natureza e a Sociedade — Este bloco possui vários subtemas que só deverão ser apresentados quando a realidade local o justifique.

- 4º ano -

Bloco 1 – À Descoberta de Si Mesmo

A Segurança do seu Corpo

- Identificar alguns cuidados a ter com a exposição ao sol.
- Conhecer algumas regras de primeiros socorros:
 - Conhecer algumas medidas elementares a ter em conta em casos de queimaduras solares, fraturas e distensões.
- Conhecer e aplicar regras de prevenção de incêndios (nas habitações, locais públicos, florestas...).
- Conhecer regras de segurança anti-sísmicas (prevenção e comportamentos a ter durante e depois de um sismo).

Bloco 2 - À Descoberta de Si Mesmo

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Bloco 3 – À Descoberta do Ambiente Natural

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Bloco 4 — À Descoberta das Inter-Relações entre Espaços

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Bloco 5 — À Descoberta dos Materiais e Objetos

Sem conteúdos alusivos à Segurança.

Manusear Objetos em Situações Concretas (tesoura, martelo, sacho, serrote, máquina fotográfica e de escrever, gravador, retroprojektor, projetor de diapositivos, lupa, bússola, microscópio...)

- Conhecer e aplicar alguns cuidados na sua utilização e conservação.
- Reconhecer a importância da leitura das instruções e/ou normas de utilização.

Bloco 6 — À Descoberta das Inter-Relações entre a Natureza e a Sociedade

A Qualidade do Ambiente

- A qualidade do ambiente próximo:
 - Identificar e observar alguns fatores que contribuem para a degradação do meio próximo (lixeiros, indústrias poluentes, destruição do património histórico...);
 - Enumerar possíveis soluções;
 - Identificar e participar em formas de promoção do ambiente.
- A qualidade do ar:
 - Reconhecer os efeitos da poluição atmosférica (efeito de estufa, a rarefação do ozono, chuvas ácidas...);
 - Reconhecer a importância das florestas para a qualidade do ar.
- A qualidade da água:
 - Reconhecer algumas formas de poluição dos cursos de água e dos oceanos (esgotos, fluentes industriais, marés negras...).

- Reconhecer algumas formas de poluição sonora (fábricas, automóveis, motos...):
 - Identificar alguns efeitos prejudiciais do ruído.
- Identificar alguns desequilíbrios ambientais provocados pela atividade humana:
 - Extinção de recursos;
 - Extinção de espécies animais e vegetais;
 - Reconhecer a importância das reservas e parques naturais para a preservação do equilíbrio entre a Natureza e a Sociedade.

Metas Curriculares 2º Ciclo

- Educação Tecnológica -

2º ciclo

- 6º ano -

- Distinguir alterações no meio ambiente determinadas pela ação humana.
 - Avaliar o impacto ambiental provocado pelo processo de extração das matérias-primas.
 - Reciclar e empregar materiais, de forma a reduzir o seu impacto ambiental.
- Distinguir a linguagem dos processos de utilização, de fabrico e de construção.
 - Identificar as fases necessárias para a organização e planificação de tarefas (espaço de trabalho, preparação de materiais e ferramentas, listas de componentes, etc.).
 - Compreender a problemática da higiene e da segurança no local de trabalho (noções de higiene e segurança individual e coletiva, riscos gerais e a sua prevenção, o papel da organização e limpeza na prevenção de riscos de trabalho, etc.).

- Ciências Naturais -

Tema: A Água, o Ar, as Rochas e o Solo – Materiais Terrestres

A importância do ar para os seres vivos

- Compreender a importância da atmosfera para os seres vivos
 - Referir as funções da atmosfera terrestre.
 - Identificar as propriedades do ar e de alguns dos seus constituintes, com base em atividades práticas.
 - Nomear os principais gases constituintes do ar.
 - Referir três atividades antrópicas que contribuem para a poluição do ar.
 - Determinar a evolução da qualidade do ar, incluindo o Índice de Qualidade do Ar, com base em dados da Agência Portuguesa do Ambiente.
 - Sugerir cinco medidas que contribuem para a preservação de um índice elevado de qualidade do ar.

Tema: Agressões do Meio e Integridade do Organismo

Higiene e problemas sociais

- Compreender as agressões causadas por alguns agentes patogénicos
 - Enunciar uma doença provocada por bactérias, por fungos, por protozoários e por vírus no ser humano.
 - Indicar mecanismos de barreira naturais do corpo humano à entrada de agentes patogénicos.
 - Referir o modo como atuam os mecanismos de defesa interna do organismo humano.
 - Indicar três regras de higiene que contribuem para a prevenção de doenças infecciosas.
 - Explicar a importância das vacinas.
 - Discutir o uso adequado de antibióticos e de medicamentos de venda livre

- Compreender a influência da higiene e da poluição na saúde humana
 - Enumerar alguns cuidados de higiene corporal diária.
 - Citar medidas de higiene mental e normas de higiene alimentar.

- Identificar exemplos de diferentes tipos de poluição do ar interior, com destaque para os poluentes evitáveis, como o fumo ambiental do tabaco.
- Indicar alguns exemplos de diferentes tipos de poluição do ar exterior, da água e do solo.
- Descrever as consequências da exposição a poluentes do ar interior e exterior, da água e do solo na saúde individual, nos seres vivos e no ambiente.
- Enumerar medidas de controlo da poluição e de promoção de ambientes saudáveis.

Anexo V – Questionário Aplicado aos Encarregados de Educação



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA
Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Mestrado em Segurança e Higiene no Trabalho



Este inquérito enquadra-se numa investigação no âmbito da tese de Mestrado em Segurança e Higiene no Trabalho, realizada no Instituto Politécnico de Beja, e tem como objetivo estudar a cultura de segurança em alunos do ensino básico. A população "alvo" deste inquérito por questionário são os Pais e Encarregados de Educação que têm educandos sob sua responsabilidade a frequentar o ensino básico, nomeadamente alunos do 1º e 2º ciclo.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos (tese de Mestrado). O inquérito é anónimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o inquérito. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Obrigado pela sua colaboração.

Guião de Inquérito por Questionário

Parte I - Dados sobre o seu Educando

Idade: _____

Género:

☐ Feminino

☐ Masculino

Instituição escolar que frequenta: _____

Ano escolar: _____

1. No carro o seu educando sabe que é obrigatório o uso do cinto de segurança?

R: ☐ Sim ☐ Não

1.1. Se sim, tem iniciativa para tal?

R: _____

2. Ele é consciente dos perigos que corre ao atravessar a estrada?

R: ☐ Sim ☐ Não

2.1. Chama a atenção para atravessar na passarela, olha sempre para os dois lados?

R: ☐ Sim ☐ Não

3. Ao andar de bicicleta ele utiliza, pelo menos, o capacete?

R: ☐ Sim ☐ Não

3.1. Se sim, é ele que tem a iniciativa para o utilizar?

R: _____

4. O seu educando alguma vez esteve na posse ou brincou com produtos químicos ou comprimidos?

R: ☐ Sim ☐ Não

5. Ele, no último ano, teve (ou tem) a tendência de colocar os dedos na tomada?

R: ☐ Sim ☐ Não

5.1. Se sim, isso acontece porquê?

R: ☐ Não tem noção do perigo

☐ Ninguém o avisou ainda para o perigo

6. O seu educando tem a iniciativa na praia/piscina de colocar/pedir o protetor solar?

R: ☐ Sim ☐ Não

7. Ele sabe o número para o qual ligar em caso de emergência?

R: ☐ Sim ☐ Não

Parte II – Informação sobre o encarregado de educação:

8. Qual a sua profissão?

R: _____

9. Como classifica a sua cultura de segurança no seu local de trabalho?

R: ☐ Não tenho ☐ Pouca ☐ Alguma ☐ Muita

10. Desde que foi pai/mãe alterou o seu comportamento relativamente à segurança no seu local de trabalho?

R: ☐ Sim ☐ Não

11. O seu educando já lhe ensinou algum procedimento sobre segurança que tenha aprendido na escola?

R: ☐ Sim ☐ Não

11.1. Se sim, qual?

R: _____

12. Tem conhecimento se o seu educando abordou conteúdos de segurança na escola?

R: ☐ Sim ☐ Não

12.1. Se sim, indique aqueles que considera os 3 conteúdos de segurança mais importantes que o seu filho abordou na escola.

R:

1. _____
2. _____
3. _____

12.2. Acha que os conteúdos sobre segurança abordados na escola são suficientes para que o seu educando cresça com cultura de segurança?

R: ☐ Sim ☐ Não

12.3. Na sua opinião, que conteúdos sobre segurança seriam importantes abordar?

R:

Anexo VI – Gráficos Retirados dos Dados Obtidos do Questionário

Gráfico 15 - Idade dos educandos que têm ou não iniciativa para colocar cinto de segurança nos veículos.

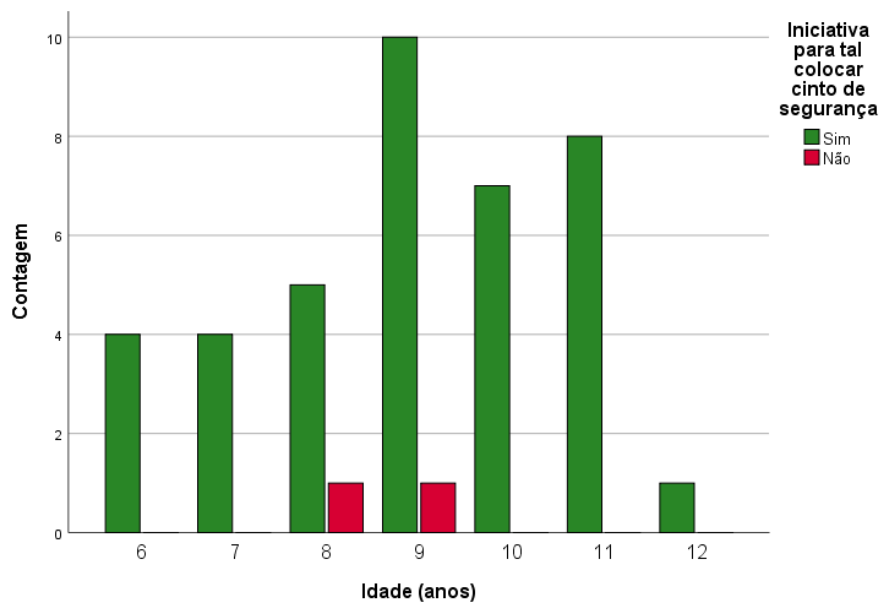


Gráfico 16 - Uso do capacete de segurança ao andar de bicicleta de acordo com a idade dos educandos.

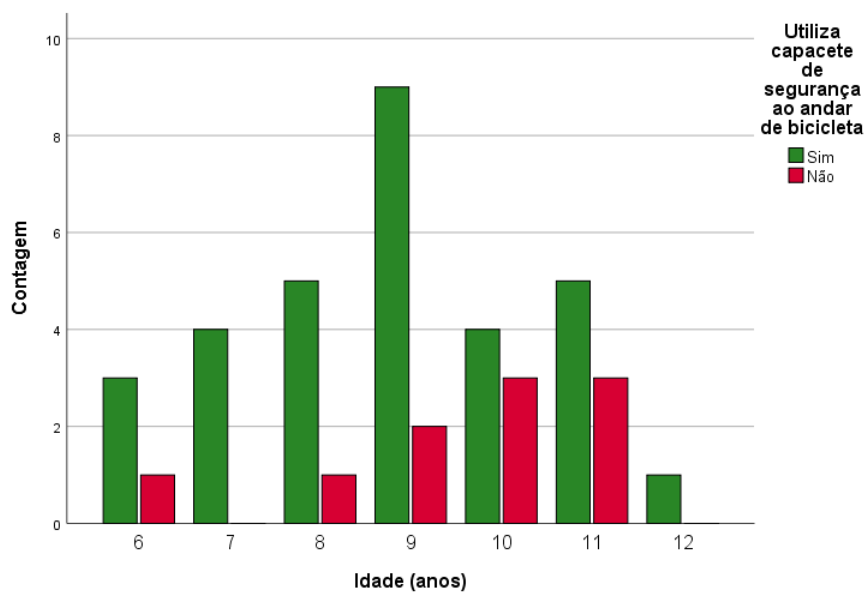


Gráfico 17 - Brincar com produtos químicos ou comprimidos.

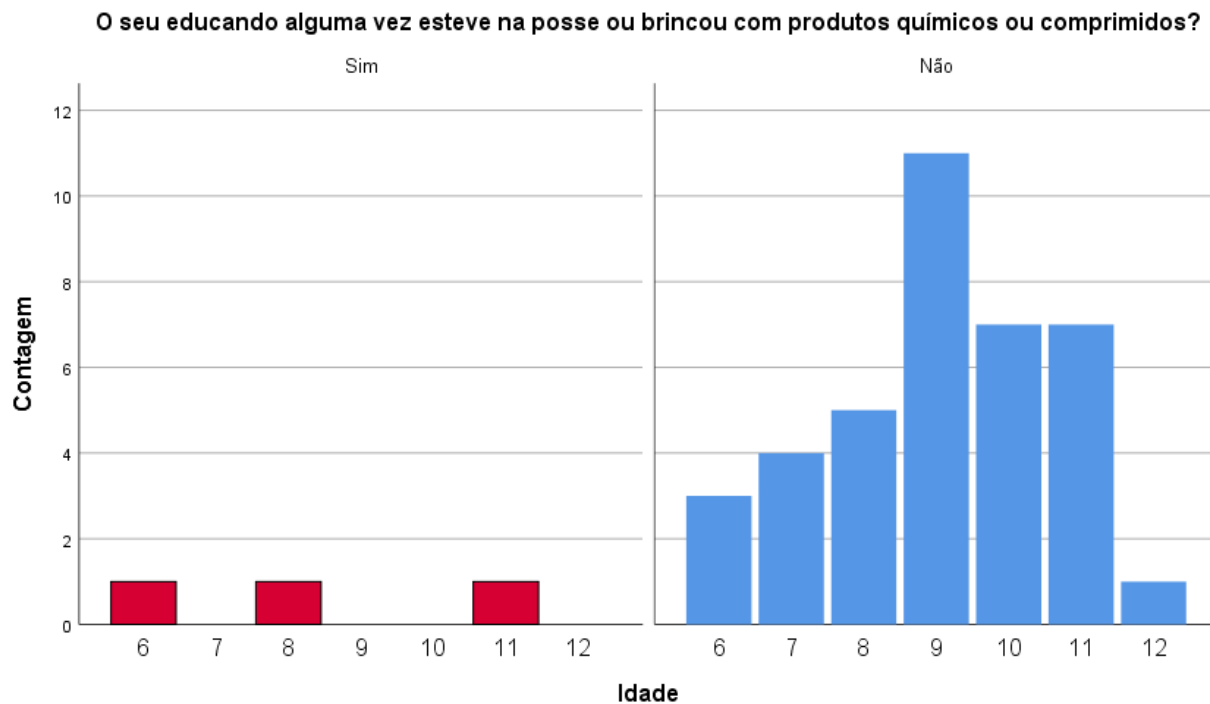


Gráfico 18 - Colocar protetor solar na praia/piscina de acordo com a idade do educando.

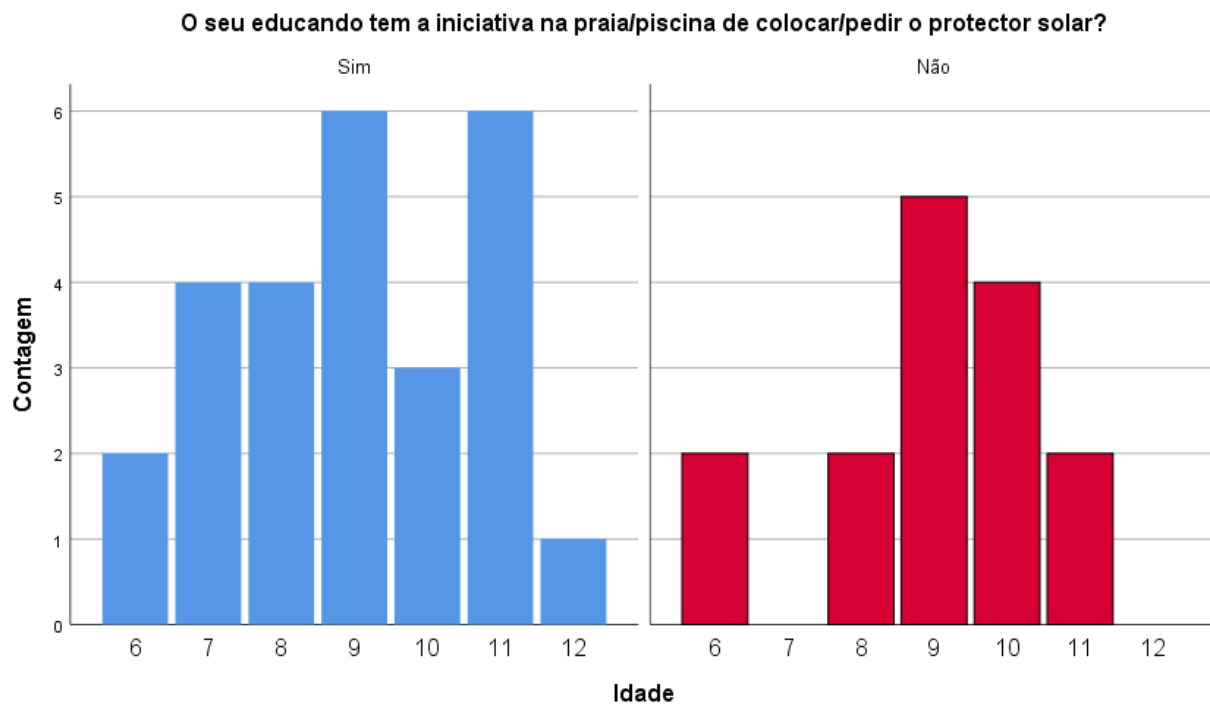


Gráfico 19 – Ter conhecimento do número de emergência de acordo com a idade do educando.

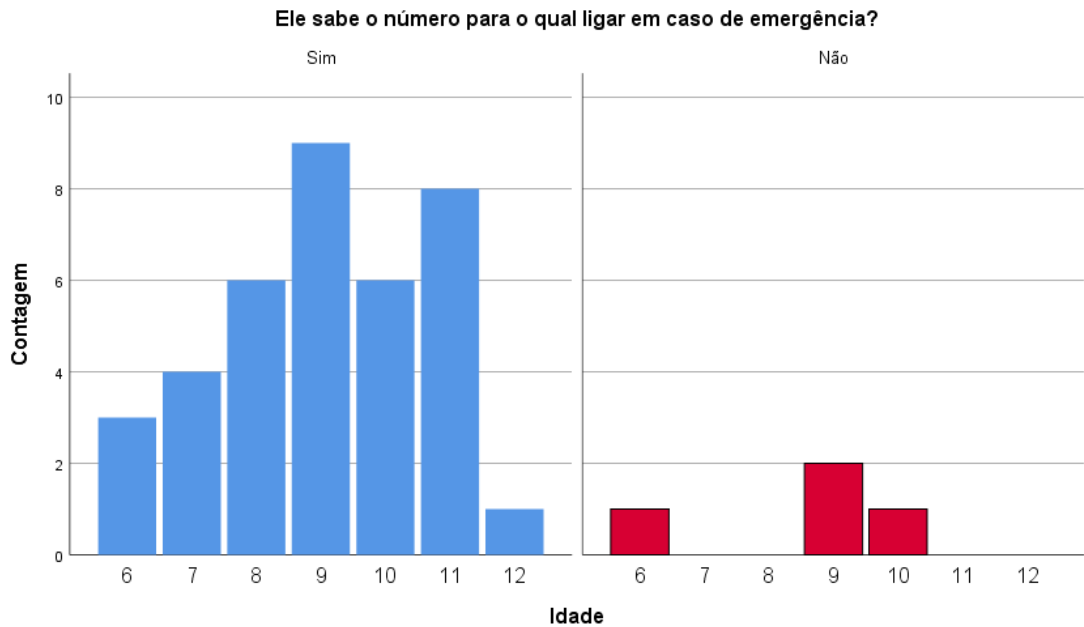


Gráfico 20 - Temas sobre segurança mais abordados pelos educandos aos pais/encarregados de educação de acordo com o ano escolar.

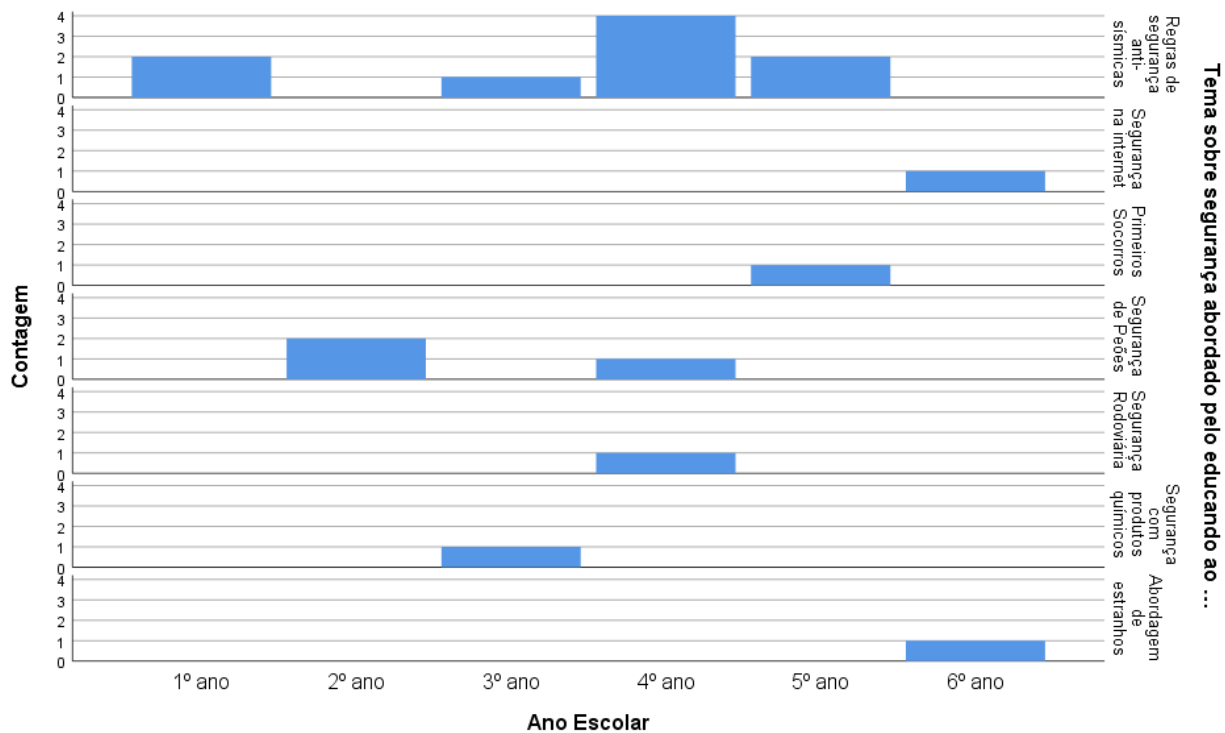


Tabela 12 - Temas abordados no ensino básico mais importantes na opinião dos encarregados de educação distribuídos por ano escolar dos seus educandos.

Tema mais Importantes	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	Total
Segurança Anti-Sísmica	1	1	3	5	2	1	13
Segurança Rodoviária	0	1	2	4	3	1	11
Segurança na Internet	0	0	0	2	1	1	4
Abordagem de Estranhos	1	0	0	1	1	1	4
Primeiros Socorros	0	0	1	2	1	2	6
Cuidados a ter à exposição solar	0	0	0	0	0	1	1
Segurança de Peões	1	1	1	1	0	0	4
Segurança Escolar	0	0	0	0	1	0	1
Número de Emergência	0	1	0	0	1	0	2
Segurança Doméstica	0	1	0	1	0	1	3
Regras de prevenção de incêndios	0	0	0	1	1	0	2
Segurança na utilização de produtos químicos	0	1	1	1	0	0	3
Álcool, Drogas/Medicamentos	0	0	1	0	0	0	1
Os conteúdos abordados, mas mais consolidados	0	0	0	0	1	0	1
Segurança Alimentar	0	0	0	0	1	0	1